



Concurso Público do Município de Matinhos - PR (PGM)

Procurador Municipal - Matinhos

Direito Constitucional

Questão 1

Foi aprovada recentemente uma lei no Município Alfa, a pretexto de regular interesse local, que determina a proibição da linguagem neutra nas instituições de ensino públicas ou privadas. Posteriormente, a Secretaria de Educação se reuniu para criar um protocolo de uniformidade referente à questão, a fim de indicar as formas de atuação dos docentes municipais. Com base no caso em questão, assinale a alternativa CORRETA.

- A) A referida legislação é inconstitucional, pois usurpa a competência legislativa do Estado-membro em sua competência privativa.
- B) A referida legislação é constitucional, pois regula interesse local.

- C) A referida legislação é inconstitucional por usurpar a competência privativa da União para legislar sobre as diretrizes e bases da educação nacional.

GABARITO PRELIMINAR



- D) A referida legislação é constitucional, pois há usurpação de competência legislativa que é compartilhada em todos os entes federativos de maneira comum, com base na ideia de federalismo cooperativo.
- E) A referida legislação é inconstitucional, pois tal legislação só poderá atingir as escolas de ensino públicas, já que as escolas privadas são amparadas pela livre concorrência.

Questão 2

A prefeita do Município Ômega pretende encaminhar projeto de lei para a Câmara Municipal que visa criar e estruturar sua Guarda Municipal. Para isso, foi iniciado um diálogo com a Procuradoria para verificar a legalidade da proposta legislativa. Com base no caso em questão, assinale a alternativa CORRETA.

- A) É constitucional, no âmbito dos municípios, o exercício de ações de segurança urbana pelas Guardas Municipais, inclusive policiamento ostensivo e comunitário, respeitadas as atribuições dos demais órgãos de segurança pública previstos no art. 144 da Constituição Federal.

GABARITO PRELIMINAR

- B) As Guardas Municipais serão estruturadas de modo que sejam subordinadas às polícias militares estaduais, visando à proteção da segurança pública.
- C) Com o reconhecimento de sua relevância constitucional para a segurança pública, os municípios podem substituir o nome "Guarda Municipal" por "Polícia Municipal".

- D)** É constitucional, no âmbito dos municípios, o exercício de ações de segurança urbana pelas Guardas Municipais, inclusive qualquer atividade de polícia judiciária e policiamento ostensivo e comunitário, respeitadas as atribuições dos demais órgãos de segurança pública previstos no art. 144 da Constituição Federal.
- E)** Em virtude da nomenclatura "Guardas Municipais", a referida instituição não se submete ao controle externo exercido pelo Ministério Público preconizado na Constituição Federal, que se restringe estritamente à Polícia Militar e à Polícia Judiciária.

Questão 3

A atuação do Supremo Tribunal Federal (STF) em seu papel de guardião da Constituição Federal, e sua atuação contramajoritária, pode ser compreendida como uma atividade de filtragem para salvaguardar direitos fundamentais e proteger grupos minoritários em legislações que são deficitárias com as minorias. Nesse sentido, especialmente em relação à comunidade LGBTQIAP+, assinale a alternativa CORRETA.

- A)** É assegurado o direito à licença-maternidade para servidoras e trabalhadoras não gestantes em união homoafetiva, reconhecendo a pluralidade familiar e o princípio da isonomia. **GABARITO PRELIMINAR**
- B)** Os atos de homofobia e transfobia, independentemente da sua gravidade, na leitura dos julgados do Supremo Tribunal Federal, são sempre considerados crimes contra a honra, notadamente a injúria e a difamação, previstos no Código Penal.
- C)** Conforme precedente consolidado pelo Supremo Tribunal Federal, é admitido o casamento homoafetivo e poliafetivo, por privilegiar a liberdade das relações humanas.
- D)** Para que os transexuais tenham o direito fundamental de alterar o seu prenome e gênero em seus registros de nascimento e outros registros civis, é obrigatório que seja realizada a cirurgia de redesignação sexual, já que tais definições devem ser pautadas no sexo biológico. 
- E)** É constitucional a vedação de doação de sangue baseada na orientação sexual de homens homossexuais e bissexuais, prevista em portaria da Secretaria Municipal de Saúde, por serem enquadrados em grupos de risco sanitário.

Questão 4

Acerca do poder constituinte, assinale a alternativa CORRETA.

- A)** A lei orgânica deve respeito à hierarquia e à simetria da Constituição Federal, não se aplicando tais vínculos à Constituição Estadual.
- B)** O poder constituinte originário e o poder constituinte derivado estão, juridicamente, no mesmo nível hierárquico.
- C)** O poder constituinte derivado decorrente é responsável pela elaboração das constituições estaduais, das leis orgânicas municipais e emendas constitucionais.
- D)** São características do poder constituinte derivado decorrente a originalidade, a limitação e a simetria.
- E)** O poder constituinte derivado reformador possui como objetivo a alteração ou a ampliação do texto constitucional. **GABARITO PRELIMINAR**

Questão 5

Sobre as imunidades parlamentares, assinale a alternativa CORRETA.

- A) As imunidades parlamentares possuem início com a posse do mandato.
- B) As imunidades parlamentares são extensíveis aos suplentes desde a diplomação pela Justiça Eleitoral.
- C) As imunidades parlamentares são cláusulas constitucionais amplas que permitem o livre exercício funcional, e incidem no caso de todas as manifestações guardarem, ou não, conexão com o desempenho da função legislativa.
- D) As imunidades parlamentares são subjetivas e renunciáveis.

E)
Não viola as garantias do juiz natural, da ampla defesa e do devido processo legal a atração, por continência ou conexão, do processo do corréu ao foro por prerrogativa de função de um dos denunciados.

GABARITO PRELIMINAR

Questão 6

Acerca do processo legislativo brasileiro, assinale a alternativa CORRETA.

- A) Todo tratado internacional ratificado pelo Brasil será incorporado com status de emenda constitucional e, portanto, poderá ser invocado para fins de controle de constitucionalidade.

B)
Não se admite novo veto em lei já promulgada e publicada. Manifestada a aquiescência do Poder Executivo com projeto de lei, pela aposição de sanção, evidencia-se a ocorrência de preclusão entre as etapas do processo legislativo.

GABARITO PRELIMINAR

- C) Constituição estadual pode exigir lei complementar para matérias que a Constituição Federal regule por meio de lei ordinária, não havendo qualquer infringência ao princípio da simetria.



- D) Lei ordinária e lei complementar possuem relação de subordinação e hierarquia entre si, conforme preconizado nos atos das disposições constitucionais transitórias.

- E) Em virtude da densidade normativa e força de lei, a medida provisória poderá revogar lei, se preenchidos os critérios da relevância e urgência.

Questão 7

Sobre o tratamento constitucional dos servidores públicos e o exercício da parentalidade, assinale a alternativa CORRETA.

- A) Os prazos da licença-adotante poderão ser inferiores aos da licença-gestante de acordo com a idade da criança adotada, competindo à administração pública regular tais prazos.
- B) A licença-paternidade de servidores que são pais solo, biológicos ou adotivos, será 1/3 do prazo da licença-maternidade, independentemente do tipo de vínculo com a administração pública, viabilizando, assim, o convívio parental mais próximo.

C)
A mãe servidora ou trabalhadora não gestante em união homoafetiva tem direito ao gozo de licença-maternidade. Caso a companheira tenha utilizado o benefício, fará jus à licença pelo período equivalente ao da licença-paternidade.

GABARITO PRELIMINAR

- D) Servidores públicos não possuem direito à redução da jornada de trabalho para cuidar de filhos com deficiência por ausência de previsão legal e, também, por ferir a eficiência da Administração Pública.

- E) Em razão de não haver estabilidade, é perfeitamente cabível a exoneração de gestantes que ocupam cargos comissionados, mediante justa indenização prévia.

Questão 8

Acerca do ente federativo Município e sua atuação dentro da organização político-administrativa do Estado Brasileiro, assinale a alternativa CORRETA.

- A) Os municípios podem fixar alíquotas de Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) com base na área do imóvel.

- B) O município é competente para legislar sobre o meio ambiente com a União e o Estado, no limite do seu interesse local e desde que tal regramento seja harmônico com a disciplina estabelecida pelos demais entes federados.

GABARITO PRELIMINAR

- C) A criação de procuradorias municipais pode ser determinada compulsoriamente por constituição federal sem ofensa a auto-organização municipal e disciplinar a forma de ingresso dos procuradores.
- D) É incompetente o Município para fixar o horário de funcionamento de estabelecimento comercial.
- E) É constitucional lei municipal que concede pensão especial mensal e vitalícia a viúvas de ex-prefeitos.

Questão 9

O Município de Cidadópolis promoveu um curso de capacitação aos novos Procuradores Municipais com o enfoque em controle de constitucionalidade. Neste sentido, foram passadas diversas instruções e precedentes sobre a temática. Destarte, assinale a alternativa INCORRETA.

- A) Não cabe controle concentrado de constitucionalidade de leis ou atos normativos municipais contra a Lei Orgânica respectiva.
- B) Os tribunais de justiça podem exercer controle abstrato de constitucionalidade de leis dos municípios, desde que se refiram a normas de reprodução obrigatória pelos estados, seja por meio da técnica de transposição ou remissão.
- C) Não cabe ação direta de inconstitucionalidade de lei do Distrito Federal derivada da sua competência legislativa municipal.

- D) O sistema constitucional brasileiro permite o controle normativo abstrato de leis municipais, quando contestadas em face da Constituição Federal. A fiscalização de constitucionalidade das leis e atos municipais, nos casos em que estes venham a ser questionados em face da Carta da República, legitima-se em sede de controle incidental ou concentrado.

GABARITO PRELIMINAR

- E) Os procuradores públicos possuem capacidade postulatória para interpor recursos extraordinários contra acórdãos proferidos em sede de ação de controle concentrado de constitucionalidade, nas hipóteses em que o legitimado para a causa outorgue poderes aos subscritores das peças recursais.

Questão 10

Sobre a classificação das normas constitucionais e sua aplicabilidade, assinale a alternativa CORRETA.

- A) Segundo o Supremo Tribunal Federal, o direito de greve dos servidores públicos, reconhecido na Constituição Federal de 1988, classifica-se como norma de eficácia plena e não norma de eficácia contida.

- B)** A vedação ao anonimato prevista constitucionalmente pode ser exemplificada como uma norma de eficácia restritiva, já que é possível a construção de mecanismos de controle administrativo e processuais em que haja a necessidade de restrição das fontes informativas.

- C)** As normas constitucionais de eficácia plena são dotadas de aplicabilidade imediata, possuindo, pois, aptidão para gerar efeitos jurídicos, independentemente de atos legislativos infraconstitucionais.

GABARITO PRELIMINAR

- D)** As normas constitucionais de eficácia plena e contida são iguais em sua densidade normativa, podendo ser restringidas em caso de interesse público.
- E)** Normas de eficácia plena dizem respeito à completude da moldura constitucional, porém, exigindo, em certos casos, a edição de atos regulamentadores.

Questão 11

Acerca do Direito Constitucional intertemporal, assinale a alternativa INCORRETA.

- A)** A desconstitucionalização ocorre quando se mantém, perante a nova ordem jurídica, a Constituição anterior, que perde a sua hierarquia constitucional e passa a atuar como legislação comum.

- B)** O Supremo Tribunal Federal admite a teoria da constitucionalidade superveniente, isto é, mesmo que uma norma se origine de maneira inconstitucional, é possível que seja constitucionalizada por emenda ou constituição posterior.

GABARITO PRELIMINAR

- C)** O Código Tributário Nacional foi recepcionado com o status de lei complementar.
- D)** Uma nova Constituição não recepcionará toda a legislação anterior com ela incompatível.
- E)** O processo de alteração da mudança constitucional sem a mudança textual é chamado de mutação constitucional.



Questão 12

Acerca da teoria do controle de constitucionalidade, assinale a alternativa INCORRETA.

- A)** O preâmbulo não é parâmetro para o controle de constitucionalidade, pois, não possui caráter normativo, servindo apenas como vetor interpretativo.
- B)** O bloco de constitucionalidade pode ser entendido como o conjunto normativo que contém disposições, princípios e valores materialmente constitucionais fora do texto da Constituição formal.
- C)** O estado de coisas inconstitucional caracteriza-se pela violação sistêmica de direitos fundamentais aliada à omissão e falha estrutural dos poderes públicos, cuja superação exige a implementação coordenada de medidas estruturais.
- D)** Os tratados internacionais de direitos humanos aprovados em dois turnos por três quintos dos membros do Congresso têm status equivalente ao das emendas constitucionais (art. 5º, § 3º, CF/88).

- E)** As normas constantes no Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT) de eficácia exaurida e exaurível podem ser utilizadas como parâmetro do controle de constitucionalidade.

GABARITO PRELIMINAR

Questão 13

Sobre o controle de constitucionalidade preventivo no Brasil, é CORRETO afirmar que:

- A) é perfeitamente cabível o controle preventivo abstrato de constitucionalidade.
- B) o controle de constitucionalidade realizado pelo Poder Judiciário é sempre repressivo, não sendo possível, portanto, ação contra projeto de lei ainda em tramitação no Congresso Nacional.
- C) o Supremo Tribunal Federal reconhece a legitimidade de parlamentares para impetrar mandado de segurança visando coibir inconstitucionalidades no processo legislativo.
- D) com o fito de preservação do valor republicano da separação de poderes, caso seja constatado projeto de lei que viole cláusula pétrea, só poderá ser arguida a sua constitucionalidade após a conversão em lei.
- E) no sistema brasileiro, não se admite o controle jurisdicional preventivo de constitucionalidade, mesmo que haja ofensa às normas do processo legislativo.

GABARITO PRELIMINAR

Questão 14

Sobre a temática dos direitos fundamentais, conforme precedentes do Supremo Tribunal Federal, assinale a alternativa INCORRETA.

- A) É constitucional lei estadual que permite o sacrifício de animais em cultos religiosos.
- B) A injúria racial é uma modalidade do crime de racismo, tornando-se inafiançável e imprescritível.
- C) É constitucional o ensino religioso nas escolas públicas, inclusive de caráter confessional.
- D) A administração pode anular seus próprios atos, quando eivados de vícios que os tornam ilegais, porque deles não se originam direitos; ou revogá-los, por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos, e ressalvada, em todos os casos, a apreciação judicial.

- E) O habeas data é cabível exclusivamente em face de agentes, órgãos e entidades da administração pública.

GABARITO PRELIMINAR

Questão 15

Sobre o controle de constitucionalidade, assinale a alternativa CORRETA.

- A) Não há necessidade de se demonstrar repercussão geral no recurso extraordinário em que a Fazenda Pública figurar como parte.
- B) A jurisprudência do STF admite a arguição de descumprimento de preceito fundamental como meio idôneo para pleitear a interpretação, revisão ou cancelamento de súmula vinculante.

- C) A procuradoria jurídica estadual ou municipal tem legitimidade para recorrer de acórdão proferido por tribunal de justiça em representação de inconstitucionalidade.

GABARITO PRELIMINAR

- D) A decisão que inadmitir o amicus curiae no processo de controle concentrado de inconstitucionalidade é passível de recurso, notadamente o agravo de instrumento.
- E) Não haverá repercussão geral quando o recurso impugnar acórdão que contrariar súmula ou jurisprudência dominante do STF, devido à mutabilidade decisória.

Direito Administrativo**Questão 16**

No exercício de suas atribuições de consultoria e orientação jurídica no Município de Matinhos-PR, um Procurador Municipal do quadro efetivo identificou divergências recorrentes na interpretação de determinado dispositivo da legislação funcional entre diferentes Secretarias Municipais. A fim de conferir uniformidade aos pronunciamentos administrativos, prevenir litígios e assegurar maior eficiência e segurança jurídica aos administrados e servidores, o Procurador apresentou proposta formal de edição de súmula administrativa perante a Procuradoria-Geral do Município.

Após o trâmite regular, o enunciado proposto foi discutido e aprovado pela maioria absoluta dos Procuradores Municipais atuantes em exercício, registrado em ata própria e, em seguida, ratificado pelo Prefeito Municipal e publicado no meio oficial.

Meses depois, determinado Secretário Municipal recusou-se a aplicar o entendimento constante da referida Súmula da Procuradoria Geral do Município em um processo administrativo de concessão de direitos a um servidor, alegando que "enunciados sumulares administrativos constituem meras opiniões doutrinárias e informais, não podendo vincular a atuação dos órgãos executivos em razão do princípio da legalidade estrita".

Diante dessa situação hipotética e à luz da Lei Municipal nº 2.401/2022 de Matinhos-PR, bem como da doutrina sobre as Fontes e Princípios do Direito Administrativo, assinale a alternativa CORRETA.

- A) A súmula editada pela Procuradoria Geral do Município constitui fonte formal primária e autônoma do Direito Administrativo local, inovando originariamente na ordem jurídica com força normativa equivalente à de lei ordinária, motivo pelo qual prescinde do princípio da legalidade para sua aplicação no âmbito municipal.
- B) O Secretário Municipal agiu corretamente, visto que as súmulas administrativas possuem natureza estritamente opinativa e doutrinária, caracterizando-se como fontes informais ou materiais do Direito Administrativo, carecendo de eficácia cogente perante os órgãos da Administração Pública direta.
- C) Por força do princípio da independência técnica inata ao cargo de Procurador Municipal, a aprovação de súmula pelo Conselho Superior ou pela totalidade dos Procuradores torna desnecessária a ratificação do Prefeito Municipal para que o enunciado adquira força vinculante em relação à Administração direta do Município.
- D) A edição da Súmula da Procuradoria Geral do Município padece de vício de iniciativa, tendo em vista que a prerrogativa de propor enunciados uniformizadores de jurisprudência administrativa é exclusiva do Prefeito Municipal e do Procurador-Geral Municipal, sendo vedado aos Procuradores Municipais de carreira a proposição de enunciados vinculantes.

- E)** A súmula da Procuradoria Geral do Município, após ratificada pelo Prefeito Municipal e publicada em meio oficial, ostenta eficácia vinculante no âmbito dos processos administrativos do Município, devendo orientar a atuação de todos os órgãos municipais da Administração direta e indireta, atuando como fonte formal secundária do Direito Administrativo e concretizando os princípios da segurança jurídica, da isonomia e da eficiência.

GABARITO PRELIMINAR

Questão 17

No exercício de suas atribuições constitucionais e legais de consultoria e assessoria jurídica no âmbito do Município de Matinhos-PR, um Procurador Municipal do quadro efetivo foi provocado a emitir parecer em processo administrativo decorrente de um conflito de competências entre a Secretaria Municipal de Infraestrutura (órgão da Administração Direta) e a Autarquia Municipal de Água e Esgoto (entidade integrante da Administração Indireta municipal).

O Secretário Municipal de Infraestrutura, inconformado com a decisão do Diretor-Presidente da Autarquia, que havia anulado uma multa contratual aplicada a uma empresa concessionária, editou ato administrativo determinando a avocação do processo e a imediata restauração da penalidade. O Secretário fundamentou sua conduta no "dever-poder de autotutela" e no "poder hierárquico irrestrito" que a Administração Direta supostamente exerceria sobre todos os entes descentralizados do Município.

O Diretor-Presidente da Autarquia, alegando violação à autonomia outorgada pela lei criadora do ente descentralizado, submeteu a controvérsia à Procuradoria Geral do Município para fixação da orientação jurídica adequada.

Diante do caso hipotético e considerando a doutrina acerca da estrutura da Administração Pública Direta e Indireta e dos poderes e deveres do administrador público, assinale a alternativa que expressa a orientação jurídica técnica a ser adotada pelo Procurador Municipal.

- A) A atuação do Secretário Municipal encontra amparo legal no poder regulamentar, o qual permite que Secretários Municipais editem atos individuais e concretos para avocar competências decisórias de diretores de autarquias quando houver relevante interesse público municipal envolvido.
- B) O Secretário Municipal agiu rigorosamente no exercício do dever de eficiência e do poder hierárquico, visto que a autarquia municipal constitui mero centro de competências despersonalizado, fruto da desconcentração, estando seus dirigentes e atos sumariamente subordinados ao controle hierárquico da Secretaria à qual se vinculam.
- C) O ato do Secretário Municipal é plenamente válido com base no poder disciplinar e na autotutela, pois o princípio da legalidade autoriza os órgãos da Administração Direta a rever, alterar ou avocar livremente os atos decisórios das entidades da Administração Indireta, independentemente de previsão na lei instituidora.
- D) A autarquia municipal, por possuir personalidade jurídica própria, goza de independência absoluta e soberana em relação ao Poder Executivo Municipal, motivo pelo qual a Administração Direta não dispõe de nenhum mecanismo de fiscalização, vinculação ou controle finalístico sobre as atividades desempenhadas pela entidade.

- E)
- O Secretário Municipal agiu de forma ilegal, pois a criação da autarquia decorre da descentralização administrativa, o que gera uma pessoa jurídica com autonomia e sem relação de subordinação ou hierarquia com a Administração Direta; assim, incide apenas a tutela administrativa, controle finalístico ou supervisão, não sendo admitida a anulação direta ou a avocação de atos autárquicos com base em poder hierárquico.

GABARITO PRELIMINAR

Questão 18

No exercício de suas atribuições constitucionais e legais de consultoria jurídica e revisão de atos normativos da Procuradoria Geral do Município de Matinhos - PR, fundamentadas na Lei Municipal nº 2.401/2022, um Procurador Municipal foi encarregado de emitir parecer técnico-jurídico sobre uma minuta de projeto de lei que visa instituir uma agência reguladora municipal para fiscalizar e regular os serviços públicos locais delegados, como transporte coletivo e saneamento básico.

Durante a análise, identificou-se uma emenda parlamentar aprovada na comissão temática que condicionava a validade e a eficácia de todas as resoluções técnicas e atos normativos expedidos pela agência reguladora à "homologação e revisão prévia por decreto do Chefe do Poder Executivo ou da Secretaria Municipal competente", sob o argumento de que a hierarquia administrativa impõe a submissão de qualquer entidade da Administração Indireta ao controle político-administrativo direto da Administração Centralizada.

Diante do caso hipotético e considerando a doutrina administrativista contemporânea acerca das Agências Reguladoras e o regime jurídico das autarquias especiais, assinale a alternativa CORRETA

no que se refere ao que deve constar no parecer do Procurador Municipal.

- A) A exigência de revisão ministerial é jurídica e politicamente adequada, pois o princípio da continuidade do serviço público autoriza a ingerência do Poder Executivo nas decisões técnicas das agências sempre que houver repercussão orçamentária direta nos cofres do município.
- B) As agências reguladoras municipais possuem natureza jurídica de empresas públicas de capital fechado, razão pela qual seus atos normativos dependem de autorização legislativa municipal específica e de supervisão direta do Tribunal de Contas do Estado, sendo inaplicável a autonomia própria das autarquias comuns.
- C) A alteração legislativa é plenamente válida e recomendável, visto que o poder hierárquico inerente à Administração Pública Direta abrange o controle pleno sobre a Administração Indireta, permitindo ao Prefeito e aos Secretários avocar, reformar ou anular, por critérios de conveniência e oportunidade, quaisquer atos praticados pela agência reguladora.
- D) O controle exercido sobre as agências reguladoras é de natureza estritamente interna e ministerial, aplicando-se o regime de subordinação hierárquica idêntico ao que rege os órgãos da administração direta, motivo pelo qual a homologação prévia pelo Chefe do Executivo é requisito essencial de validade.

E)

A emenda parlamentar padece de vício de inconstitucionalidade e ilegalidade, pois as agências reguladoras configuram-se como autarquias sob regime especial, cuja marca distintiva é a ausência de subordinação hierárquica e a garantia de autonomia técnica e decisória, sendo incompatível com o modelo regulatório a submissão de seus atos técnicos e normativos à aprovação ou revisão hierárquica pelo Executivo.

GABARITO PRELIMINAR**Questão 19**

No exercício de suas atribuições constitucionais e legais de consultoria jurídica e emissão de pareceres no âmbito do Município de Matinhos-PR, fundamentadas na Lei Municipal nº 2.401/2022, um Procurador Municipal foi provocado a se manifestar sobre a situação de um licenciamento de reforma comercial concedido há três anos pela Secretaria Municipal de Obras e Urbanismo a um particular.

O atual Secretário Municipal pretende desfazer sumariamente o ato de concessão da licença, alegando ter descoberto um vício formal no procedimento de instrução originário. O Secretário sustenta que, com base no princípio da autotutela administrativa e nas Súmulas 346 e 473 do STF, a Administração Pública pode anular seus próprios atos ilegais a qualquer tempo, de ofício e de forma sumária, sem a necessidade de notificação prévia ou abertura de prazo defensivo ao administrado beneficiado, haja vista a supremacia do interesse público sobre o privado.

Instado a orientar juridicamente a Administração sobre a viabilidade legal da pretensão do Secretário e os limites de atuação do Município e do Poder Judiciário, assinale a alternativa que expressa o posicionamento técnico-jurídico que deve ser adotado pelo Procurador Municipal.

- A) O desfazimento pretendido configura hipótese de revogação do ato administrativo, a qual opera efeitos *ex tunc* com fundamento em vício de legalidade, podendo ser decretada tanto pela Administração quanto pelo Poder Judiciário no âmbito do controle externo da Administração Pública.

B)

A anulação do ato administrativo por vício de legalidade decorre do dever-poder de autotutela e opera efeitos *ex tunc*; contudo, por ter produzido efeitos concretos favoráveis ao destinatário, sua invalidação na esfera administrativa exige a prévia instauração de processo administrativo com garantia do contraditório e da ampla defesa, estando a apreciação dos aspectos de legalidade do ato anulatório sujeita ao controle jurisdicional.

GABARITO PRELIMINAR

- C) A invalidação de atos administrativos favoráveis ao administrado prescinde de observância a prazos decadenciais, visto que a ilegalidade originária impede a consolidação de situações jurídicas pelo tempo na Administração Pública Direta.
- D) Por se tratar de vício formal no procedimento originário, o ato padece de nulidade absoluta e insanável, sendo terminantemente vedada a sua convalidação pela própria Administração Municipal, mesmo que não haja lesão ao interesse público nem prejuízo a terceiros.
- E) O Secretário Municipal agiu corretamente, pois o dever de autotutela autoriza a anulação sumária de atos ilegais, independentemente de contraditório prévio, tratando-se de decisão pautada no mérito administrativo e, portanto, imune à apreciação do Poder Judiciário.

Questão 20

No exercício de suas atribuições constitucionais e legais de consultoria jurídica e emissão de pareceres no âmbito da Procuradoria Geral do Município de Matinhos-PR, fundamentadas na Lei Municipal nº 2.401/2022, um Procurador Municipal foi encarregado de examinar uma minuta de Decreto exarada pelo Poder Executivo para a implantação de um grande parque de contenção de cheias e drenagem urbana.

A proposta formulada pela Secretaria Municipal de Obras previa:

- 1. A declaração de utilidade pública e a desapropriação direta de dois imóveis contíguos: o primeiro pertencente a um particular e o segundo registrado em nome do Estado do Paraná;**
- 2. A autorização para a imediata ocupação e imissão na posse de ambos os imóveis mediante a força autoexecutória do poder de polícia municipal, dispensando-se o ajuizamento de ação judicial de desapropriação e o prévio depósito em dinheiro, sob o fundamento de urgência e supremacia do interesse público.**

Instada a orientar juridicamente a Administração Pública Municipal quanto à legalidade e viabilidade do ato normativo sob a ótica da doutrina administrativista e do regime jurídico dos bens públicos e da desapropriação, assinale a alternativa CORRETA que expressa o posicionamento a ser adotado no parecer do Procurador Municipal.



- A) A desapropriação do imóvel estadual pelo Município é juridicamente viável desde que haja prévia autorização da Câmara Municipal de Matinhos; contudo, a imissão na posse do imóvel privado exige a perda definitiva da propriedade pela simples edição do Decreto de Utilidade Pública.

B)

O projeto padece de ilicitude em ambos os pontos, visto que o Município não possui competência para desapropriar bens do Estado do Paraná em razão do óbice hierárquico-federativo, nos termos do Decreto-Lei nº 3.365/1941, bem como a imissão provisória na posse de imóvel privado exige o ajuizamento de ação judicial com a alegação de urgência pelo expropriante e o prévio depósito financeiro, não constituindo a desapropriação mero exercício autoexecutório do poder de polícia.

GABARITO PRELIMINAR

- C) A minuta de decreto é plenamente hígida e legal, pois a autonomia constitucional do Município em matéria de interesse local autoriza a desapropriação de bens de qualquer outro ente federativo, enquanto a autoexecutoriedade do poder de polícia autoriza a imissão imediata na posse de bens particulares sem necessidade de intervenção do Poder Judiciário.
- D) O Município pode desapropriar o bem público estadual, independentemente de autorização, desde que o bem seja classificado como "dominical", mas o desapossamento do bem particular sem indenização prévia em dinheiro configura apropriação indireta válida em virtude do poder regulamentar do Prefeito.

- E) A limitação à propriedade decorrente do poder de polícia confunde-se conceitualmente com a desapropriação, motivo pelo qual a Administração Municipal pode promover a transferência compulsória do domínio privado ao patrimônio público municipal sem a obrigação de justa e prévia indenização em dinheiro.

Questão 21

SITUAÇÃO HIPOTÉTICA: O Município "X" publicou edital para a permissão de serviço público de transporte coletivo urbano. Um cidadão ajuizou Ação Popular apontando duas supostas irregularidades: a) a presença de cláusula contratual prevendo reajuste tarifário periódico vinculado à variação de insumos; e b) a ausência de parecer jurídico formal da Procuradoria Geral do Município especificamente sobre a fase de habilitação técnica dos licitantes, descumprindo previsão de lei municipal local.

Paralelamente, o Município foi citado em uma Ação Civil Pública ajuizada perante a Justiça Estadual, na qual se pleiteia a entrega imediata de medicamento de elevado custo não constante nas listas do Sistema Único de Saúde (Rename/Ranam) e sem registro na Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), destinado a um munícipe em estado grave.

Na qualidade de Procurador do Município, encarregado de confeccionar as peças de defesa da edilidade e com base na jurisprudência consolidada do Supremo Tribunal Federal (STF) e do Superior Tribunal de Justiça (STJ), assinale a alternativa que apresenta a CORRETA tese de defesa.

- A) Na Ação Popular, a ausência de parecer jurídico específico na fase interlocutória de habilitação contamina todo o certame com nulidade absoluta e insanável, devendo o Procurador do Município acolher a tese autoral e anular de ofício a licitação.

B)

Na Ação Civil Pública, em se tratando de fármaco não incorporado ao SUS (Rename/Ranam), a petição do Procurador deve arguir a necessidade de inclusão da União na lide e o deslocamento da competência para a Justiça Federal, nos termos do Tema 1.234/STF, associada à tese de vedação do fornecimento de remédio sem registro na ANVISA (Tema 500/STF).



GABARITO PRELIMINAR

- C) O equilíbrio econômico-financeiro dos contratos administrativos possui proteção constitucional; contudo, na Ação Civil Pública de saúde, o Tema 793/STF autoriza o direcionamento e o custeio exclusivo da demanda em face do Município, independentemente do registro do remédio na ANVISA.
- D) A previsão de reajuste tarifário periódico subordina o poder de alteração unilateral do contrato à concordância expressa da empresa delegatária, sob pena de violação do ato jurídico perfeito e do equilíbrio econômico-financeiro.
- E) A concessão e a permissão de transporte público possuem a mesma natureza jurídica de ato administrativo unilateral, discricionário e precário, pelo que a cláusula de reajuste tarifário é nula por caracterizar transação contratual ilícita com o ente concedente.

Questão 22

SITUAÇÃO HIPOTÉTICA: A Prefeitura Municipal do Município "Y" estruturou um projeto de Parceria Público-Privada (PPP) para a ampliação, modernização e operação da rede de iluminação pública e eficientização energética dos prédios municipais. O valor total estimado do contrato é de R\$ 40.000.000,00, com prazo de vigência ajustado em 20 anos. O edital prevê que a remuneração do parceiro privado dar-se-á integralmente mediante contraprestação pecuniária mensal paga pelo Município, condicionada ao cumprimento de metas de desempenho e disponibilidade da infraestrutura, sem qualquer cobrança de tarifa dos usuários finais.

Em face da iminente publicação do instrumento convocatório, a Procuradoria-Geral do Município é provocada pela Coordenadoria de Projetos Estratégicos para exarar parecer jurídico conclusivo sobre

a modelagem pretendida e os requisitos exigidos pela Lei nº 11.079/2004.

Na qualidade de Procurador do Município, com base na legislação regente (Lei nº 11.079/2004 e alterações) e na orientação jurisprudencial do Superior Tribunal de Justiça (STJ) e do Supremo Tribunal Federal (STF), assinale a alternativa CORRETA.

- A) A modelagem adotada configura concessão patrocinada, sendo indispensável a cobrança de tarifa dos usuários para caracterizar a parceria público-privada, razão pela qual a ausência de cobrança tarifária invalida o projeto por vício de objeto.
- B) Sendo o valor do contrato superior a R\$ 10.000.000,00 e o prazo superior a 5 anos, o Município fica dispensado de constituir Sociedade de Propósito Específico (SPE) e de incluir a despesa no Plano Plurianual (PPA), bastando a previsão na Lei Orçamentária Anual (LOA).
- C) Tratando-se de concessão administrativa na qual o Município é o usuário indireto, o pagamento da contraprestação pública fica liberado no ato da assinatura do contrato, sendo vedado subordinar ou condicionar a remuneração à efetiva disponibilização do serviço ou ao cumprimento de metas.
- D) A repartição objetiva de riscos no contrato de parceria público-privada impede que o parceiro privado assumira riscos vinculados a caso fortuito, força maior ou álea econômica extraordinária, devendo estes ficar sob responsabilidade exclusiva da Administração Pública.

E)

A modelagem descrita enquadra-se como concessão administrativa e atende aos limites legais de valor e prazo da Lei nº 11.079/2004; contudo, a contraprestação pública deve obrigatoriamente ser precedida da efetiva disponibilização do serviço, admitindo-se pagamento proporcional por parcela fruível do objeto contratado.

GABARITO PRELIMINAR**Questão 23**

SITUAÇÃO HIPOTÉTICA: O Município "Z" pretende implantar um sistema inovador e integrado de gestão inteligente de trânsito, que envolve o uso de inteligência artificial para monitoramento em tempo real, semáforos adaptativos e processamento automatizado de dados de tráfego. Por se tratar de solução de alta complexidade tecnológica, a Secretaria Municipal de Mobilidade Urbana constatou que a Administração não possui capacidade técnica para definir isoladamente as especificações e alternativas técnicas mais adequadas ao mercado. Diante do impasse, o Secretário consultou a Procuradoria-Geral do Município sobre a viabilidade de adotar a modalidade Diálogo Competitivo (art. 28, V, e art. 32 da Lei nº 14.133/2021).

Na condição de Procurador do Município, responsável por exarar parecer jurídico fundamentado quanto aos requisitos legais, ao procedimento e à condução do Diálogo Competitivo, com base na Lei nº 14.133/2021, assinale a alternativa CORRETA.

- A) A condução da fase de diálogos com os licitantes pré-selecionados pode ser realizada por comissão especial de contratação composta por servidores efetivos ou por um único agente de contratação individual, a critério discricionário do Chefe do Poder Executivo.
- B) Encerrada a fase de diálogos sem a identificação da solução ou do conjunto de soluções aptas a atender às necessidades municipais, a Administração é obrigada a adjudicar o objeto ao licitante que tiver apresentado a proposta comercial inicial de menor impacto orçamentário.
- C) Declarada encerrada a fase de diálogos, a Administração deverá abrir a fase de competição convocando os licitantes a apresentarem suas propostas finais, no prazo mínimo de 15 (quinze) dias úteis, vedada qualquer alteração das especificações fixadas durante os diálogos.
- D) Na fase de diálogos, a Administração Municipal pode divulgar aos demais concorrentes as soluções propostas ou as informações sigilosas oferecidas por um licitante, independentemente de sua concordância, para garantir a isonomia e a transparência do certame.

E)

O Diálogo Competitivo é cabível quando a Administração necessita de inovação tecnológica ou quando não é capaz de ter suas necessidades satisfeitas sem a adaptação de soluções disponíveis no mercado, exigindo-se edital com prazo mínimo de apresentação de candidatura de 25 (vinte e cinco) dias úteis.

GABARITO PRELIMINAR**Questão 24**

SITUAÇÃO HIPOTÉTICA: Durante um período de fortes chuvas de verão, um trecho da malha viária urbana do Município "W" apresentou um grande buraco em razão da omissão da Secretaria Municipal de Obras na manutenção preventiva e na devida sinalização da pista. Um veículo particular caiu no buraco, resultando em severos danos materiais ao automóvel e ferimentos graves ao motorista. Diante do ocorrido, o motorista ajuizou Ação Indenizatória contra o Município e, cumulativamente, contra o servidor público concursado responsável pela fiscalização do trecho viário.

Paralelamente, a Corregedoria Municipal instaurou Processo Administrativo Disciplinar (PAD) em face do referido servidor para apurar eventual falta funcional culposa. Ao término do PAD, o servidor foi absolvido no âmbito administrativo por insuficiência de provas. Contudo, em ação penal conexa instaurada pelo Ministério Público, o servidor foi absolvido por sentença judicial transitada em julgado que reconheceu categoricamente a inexistência do fato.

Na qualidade de Procurador do Município responsável por elaborar a contestação na Ação Indenizatória e orientar o setor de Recursos Humanos quanto aos reflexos da decisão judicial no âmbito administrativo, com base na jurisprudência do Supremo Tribunal Federal (STF) e do Superior Tribunal de Justiça (STJ), assinale a alternativa CORRETA.

- A) A absolvição do servidor na esfera penal com base no reconhecimento categórico da inexistência do fato não possui o condão de vincular a esfera administrativa, mantendo-se hígida a autonomia das instâncias para fins de aplicação de sanções disciplinares ou de ressarcimento ao erário em regresso.
- B) No tocante aos danos causados ao motorista, a responsabilidade civil do Município por omissão estatal na manutenção de vias públicas é subjetiva, exigindo a comprovação de culpa anônima ou falta do serviço (*faute du service*); contudo, a inclusão do servidor no polo passivo em litisconsórcio direto com o Município é admitida pelo STF sob o fundamento da economia processual.
- C) Na hipótese de o Município ser condenado a indenizar o motorista, o direito de regresso contra o servidor público prescreve no prazo quinquenal do Decreto nº 20.910/1932, contado a partir da data do evento danoso (data do acidente), independentemente da data do trânsito em julgado da decisão indenizatória.
- D) Em razão da teoria do risco integral aplicada à responsabilidade civil do Estado no Brasil, o Município responde objetivamente por todos os danos decorrentes de omissões materiais em vias públicas, não se admitindo as excludentes de culpa exclusiva da vítima, caso fortuito ou força maior.

E)

O Supremo Tribunal Federal, ao julgar o Tema 940 de Repercussão Geral, firmou a tese da dupla garantia, segundo a qual a ação indenizatória por danos causados por agente público no exercício da função deve ser ajuizada exclusivamente em face do ente público, sendo vedado o ajuizamento direto ou em litisconsórcio passivo contra o servidor.

GABARITO PRELIMINAR**Questão 25**

SITUAÇÃO HIPOTÉTICA: Um jornalista cidadão protocolou pedido de acesso à informação perante a Ouvidoria do Município "M", solicitando a cópia integral das folhas de ponto individualizadas dos servidores públicos municipais da Secretaria de Obras dos últimos 5 anos, contendo CPF e endereço residencial dos agentes, além do acesso à íntegra de um relatório de auditoria interna encerrado no mês anterior sobre suposta fraude em contratos de pavimentação. O Secretário de Administração

indeferiu integralmente o pedido sob dois fundamentos: 1) os dados das folhas de ponto envolvem informações pessoais e sigilo do servidor; e 2) o relatório de auditoria interna foi classificado como sigiloso pela própria autoridade competente pelo prazo de 30 anos por tratar de apuração de condutas ilícitas.

Inconformado, o requerente interpôs recurso administrativo dirigido ao Prefeito Municipal. A Procuradoria-Geral do Município foi provocada a emitir parecer jurídico orientando a decisão da autoridade superior.

Na qualidade de Procurador do Município, com base na Lei de Acesso à Informação (Lei nº 12.527/2011) e na jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça (STJ) e do Supremo Tribunal Federal (STF), assinale a alternativa CORRETA.

- A) Diante do indeferimento do pedido pela autoridade administrativa em primeira instância, a única via recursal cabível segundo a Lei nº 12.527/2011 é a provocação do Poder Judiciário por meio de Mandado de Segurança, sendo nulo eventual recurso administrativo dirigido ao Chefe do Executivo Municipal.
- B) O indeferimento total foi correto quanto ao relatório de auditoria, uma vez que o Prefeito Municipal detém competência para classificar qualquer documento administrativo na categoria de ultrassecreto pelo prazo de até 30 (trinta) anos, independentemente de enquadramento nas hipóteses legais de risco à segurança da sociedade ou do Estado.
- C) O pedido referente às folhas de ponto deve ser parcialmente deferido: a frequência e o cumprimento de jornada dos servidores constituem dados de interesse público e transparência ativa/passiva, devendo o Município franquear o acesso após a descaracterização ou ocultação de informações pessoais sensíveis/privadas, tais como CPF e endereço residencial.
- D) Por envolver remuneração e dados de controle funcional, a folha de frequência dos servidores públicos deve ser integralmente disponibilizada ao requerente sem qualquer tipo de filtro ou ocultação de dados, visto que o direito fundamental de acesso à informação prevalece de forma absoluta sobre a proteção da intimidade e da vida privada.
- E) A negativa de acesso ao relatório de auditoria interna finalizado é legítima enquanto não transcorrer o prazo prescricional de 5 (cinco) anos para eventual ajuizamento de ação de improbidade ou aplicação de sanção disciplinar, sob pena de violação do princípio da eficiência.

GABARITO PRELIM



Direito Tributário e Financeiro

Questão 26

Durante fiscalização realizada em estabelecimento comercial do Município de Matinhos - PR, foi constatada a prática de uma infração administrativa. A autoridade pretende cobrar determinado valor em dinheiro, instituído por lei, em razão da própria infração. Considerando o conceito de tributo previsto no Código Tributário Nacional, julgue verdadeiro (V) ou falso (F) o que se afirma a seguir e assinale a alternativa com a sequência CORRETA.

() Tributo é prestação pecuniária compulsória, em moeda ou cujo valor nela se possa exprimir, instituída em lei.

() A prestação que constitua sanção de ato ilícito pode ser enquadrada como tributo quando destinada ao custeio de atividade administrativa.

() A cobrança tributária deve decorrer de atividade administrativa vinculada.

() O caráter compulsório da prestação é compatível com a natureza tributária.

A) V, V, F, V.

B) V, F, V, V.

GABARITO PRELIMINAR

C) F, F, V, V.

D) F, V, V, F.

E) V, F, F, V.

Questão 27

O Município de Matinhos - PR pretende instituir taxa pela coleta domiciliar de resíduos sólidos. O serviço é disponibilizado aos imóveis cadastrados, ainda que determinado contribuinte não o utilize efetivamente. Considerando as regras do Código Tributário Nacional, julgue verdadeiro (V) ou falso (F) o que se afirma a seguir e assinale a alternativa com a sequência CORRETA.

(___) A utilização potencial de serviço público específico e divisível pode constituir fato gerador de taxa.

(___) A mera disponibilização do serviço, sem qualquer possibilidade de utilização pelo contribuinte, é suficiente para caracterizar a taxa.

(___) A taxa pode ter como fato gerador o exercício regular do poder de polícia.

(___) Serviço público geral e indivisível pode ser remunerado por taxa, independentemente de sua natureza.



A) V, F, F, V.

B) F, F, V, V.

C) F, V, V, F.

D) V, V, F, F.

E) V, F, V, F.

GABARITO PRELIMINAR

Questão 28

Em consulta à Procuradoria, o Município de Matinhos - PR pretende verificar quais limitações constitucionais ao poder de tributar devem ser observadas na instituição ou majoração de tributos. Considerando o texto constitucional, julgue verdadeiro (V) ou falso (F) o que se afirma a seguir e assinale a alternativa com a sequência CORRETA.

(___) A regra da anterioridade anual impede, como regra, a cobrança no mesmo exercício financeiro em que publicada a lei que instituiu ou aumentou o tributo.

(___) A anterioridade nonagesimal não admite nenhuma exceção constitucional.

(___) A Constituição veda a utilização de tributo com efeito de confisco.

(___) A União deve observar a uniformidade geográfica de seus tributos, admitidas as exceções constitucionalmente previstas.

A) V, F, V, V.

GABARITO PRELIMINAR

B) V, V, V, F.

C) V, F, F, V.

D) F, F, V, V.

E) F, V, F, V.

Questão 29

Uma empresa do Município de Matinhos - PR possui crédito tributário constituído, mas obteve parcelamento regularmente concedido pela Administração. Antes disso, apresentou recurso administrativo contra o lançamento. Considerando as hipóteses de suspensão da exigibilidade previstas no Código Tributário Nacional, julgue verdadeiro (V) ou falso (F) o que se afirma a seguir e assinale a alternativa com a sequência CORRETA.

(___) A moratória suspende a exigibilidade do crédito tributário.

(___) O depósito do montante integral do crédito tributário suspende sua exigibilidade.

(___) As reclamações e os recursos administrativos, nos termos das leis reguladoras do processo tributário, suspendem a exigibilidade.

(___) O parcelamento extingue definitivamente o crédito tributário desde sua concessão.

A) V, V, F, F.

B) V, F, V, F.

C) F, F, V, V.

D) F, V, V, V.

E) V, V, V, F.

GABARITO PRELIMINAR

Questão 30

Antes de qualquer procedimento fiscalizatório relacionado a determinada infração, um contribuinte compareceu à repartição fazendária municipal, reconheceu a infração e efetuou o pagamento do tributo devido e dos juros de mora. Considerando o Código Tributário Nacional, julgue verdadeiro (V) ou falso (F) o que se afirma a seguir e assinale a alternativa com a sequência CORRETA.

(___) A denúncia espontânea pode excluir a responsabilidade pela infração quando apresentada antes do início do procedimento administrativo ou medida de fiscalização relacionada à infração.

(___) O simples reconhecimento da infração, sem o pagamento exigido pela legislação, produz necessariamente os efeitos da denúncia espontânea.

(___) A denúncia espontânea está relacionada à responsabilidade por infrações tributárias.

(___) A denúncia espontânea apresentada depois de iniciado procedimento fiscalizatório relacionado à infração conserva automaticamente os mesmos efeitos.

A) F, V, V, F.

B) V, F, V, F.

GABARITO PRELIMINAR

C) V, F, F, V.

D) F, F, V, V.

E) V, V, F, F.

Questão 31

Uma empresa recebeu isenção de determinado tributo municipal, mas continua obrigada a prestar informações fiscais e emitir documentos exigidos pela legislação. Em razão disso, a Administração analisa a existência e os efeitos das obrigações principal e acessória. Sobre o assunto, considere as assertivas a seguir.

I. A obrigação acessória decorre da legislação tributária e tem por objeto prestações positivas ou negativas no interesse da arrecadação ou fiscalização.

II. A isenção do tributo principal elimina necessariamente todas as obrigações acessórias relacionadas ao contribuinte.

III. A inobservância da obrigação acessória pode gerar obrigação principal quanto à penalidade pecuniária.

Está CORRETO o que se afirma em:

A) II e III, apenas.

B) I, apenas.

C) II, apenas.

D) I e III, apenas.

GABARITO PRELIMINAR

E) I, II e III.

Questão 32

O Município pretende celebrar convênio com outro ente público para que determinadas funções de arrecadação e fiscalização de tributos municipais sejam executadas por este último. O gestor afirma que isso significaria transferência da competência tributária. Sobre o assunto, considere as assertivas a seguir.

I. A competência tributária é indelegável.

II. As funções de arrecadar e fiscalizar podem ser atribuídas a outra pessoa jurídica de direito público, sem que isso represente transferência da competência tributária.

III. O cometimento a pessoa jurídica de direito privado do encargo de arrecadar tributos constitui, por si só, delegação da competência tributária.

Está CORRETO o que se afirma em:

- A) I, apenas.
- B) II e III, apenas.
- C) I, II e III.

D)
I e II, apenas.

GABARITO PRELIMINAR

- E) II, apenas.

Questão 33

Uma entidade religiosa possui imóvel utilizado em suas atividades essenciais e questiona a cobrança de imposto municipal. Em consulta, também se discute se a imunidade constitucional alcançaria automaticamente taxas. Sobre o assunto, considere as assertivas a seguir.

I. A Constituição veda a instituição de impostos sobre templos de qualquer culto, observados os termos constitucionais.

II. A imunidade tributária dos templos é uma hipótese de imunidade relativa a impostos.

III. A imunidade recíproca entre os entes federativos estende-se automaticamente às taxas e às contribuições de melhoria.

Está CORRETO o que se afirma em:

A)
I e II, apenas.



GABARITO PRELIMINAR

- B) I, apenas.
- C) I e III, apenas.
- D) I, II e III.
- E) II, apenas.

Questão 34

Dois coproprietários possuem interesse comum na situação que constitui o fato gerador de determinado tributo municipal. Um deles sustenta que o Fisco deve primeiro cobrar a dívida do outro antes de exigir qualquer parcela de sua responsabilidade. Sobre o assunto, considere as assertivas a seguir.

I. Pessoas que tenham interesse comum na situação que constitua o fato gerador da obrigação principal podem ser solidariamente obrigadas.

II. A solidariedade tributária comporta benefício de ordem, de modo que o Fisco deve primeiro cobrar o devedor economicamente mais capaz.

III. Salvo disposição de lei em contrário, o pagamento efetuado por um dos obrigados aproveita aos demais.

Está CORRETO o que se afirma em:

- A) I, II e III.
- B) II e III, apenas.

C) I e III, apenas.

GABARITO PRELIMINAR

D) I e II, apenas.

E) I, apenas.

Questão 35

Uma empresa estabelecida em Matinhos - PR escolheu endereço diverso como seu domicílio tributário. A autoridade fiscal verificou que a escolha dificulta a fiscalização e pretende recusá-la. Diante desse contexto, considere as assertivas a seguir.

I. O contribuinte pode eleger, em regra, seu domicílio tributário.

II. A autoridade administrativa pode recusar o domicílio eleito quando este impossibilite ou dificulte a arrecadação ou a fiscalização do tributo.

III. A recusa do domicílio eleito depende necessariamente de prévia autorização judicial.

Está CORRETO o que se afirma em:

- A) I, II e III.
- B) I, apenas.

C) I e II, apenas.

GABARITO PRELIMINAR

D) I e III, apenas.

E) II, apenas.

Questão 36

Ao elaborar a previsão de receitas do Município de Matinhos - PR, o setor financeiro verificou que o Estado estima arrecadar R\$ 40 milhões de ICMS no período. O Município pretende estimar, para fins de planejamento, a parcela constitucionalmente pertencente aos Municípios. Considerando a Constituição Federal, assinale a alternativa CORRETA.

- A) O Município poderá considerar R\$ 20 milhões, correspondentes a 50% da arrecadação estadual.
- B) O Município não poderá considerar qualquer parcela, pois o ICMS é imposto de competência estadual.
- C) O Município poderá considerar a totalidade do ICMS arrecadado em seu território.

D) O Município poderá considerar R\$ 10 milhões, correspondentes a 25% do produto da arrecadação do ICMS.

GABARITO PRELIMINAR

E) O Município poderá considerar R\$ 8 milhões, correspondentes a 20% do produto da arrecadação do ICMS.

Questão 37

A empresa Alfa adquiriu o estabelecimento comercial de Beta e continuou a exploração da mesma atividade. Beta, porém, permaneceu explorando atividade econômica em outro ramo dentro do período previsto no Código Tributário Nacional. A Fazenda Pública pretende responsabilizar Alfa pelos tributos relativos ao estabelecimento adquirido, devidos até a data da aquisição. Considerando o CTN, assinale a alternativa CORRETA.

A)

Alfa responde subsidiariamente com Beta, porque a alienante prosseguiu na exploração de atividade econômica dentro do prazo legal.

GABARITO PRELIMINAR

- B)** Alfa somente responde se houver autorização expressa da Fazenda Pública.
- C)** Alfa responde integralmente, independentemente de Beta continuar qualquer atividade econômica.
- D)** Alfa não responde por tributos anteriores à aquisição, pois não participou dos respectivos fatos geradores.
- E)** Alfa responde exclusivamente pelas penalidades, e não pelos tributos relativos ao estabelecimento.

Questão 38

Um contribuinte de Matinhos - PR percebeu que, por erro na apuração da base de cálculo, recolheu determinado tributo em valor superior ao efetivamente devido. Ele pretende obter a restituição administrativa do montante pago a maior. Considerando o Código Tributário Nacional, assinale a alternativa CORRETA.

- A)** A restituição somente é cabível quando o pagamento tiver ocorrido por força de decisão judicial posteriormente reformada.
- B)** O direito à restituição não está sujeito a prazo prescricional.
- C)** A restituição é vedada quando o erro na apuração foi cometido pelo próprio contribuinte.

D)

O contribuinte pode ter direito à restituição total ou parcial do tributo pago indevidamente ou em valor maior que o devido, observadas as hipóteses legais.

GABARITO PRELIMINAR

- E)** A restituição somente pode ocorrer depois de prévia anulação judicial do lançamento.

Questão 39

Durante a análise de um projeto de Lei Orçamentária Anual de determinado Município, o Poder Executivo incluiu previsão de receitas e fixação de despesas, além de autorizações para abertura de créditos suplementares e contratação de operações de crédito. Também inseriu dispositivo destinado a criar uma nova secretaria municipal e estabelecer sua estrutura administrativa. Considerando o princípio da exclusividade, assinale a alternativa CORRETA.

- A)** A contratação de operações de crédito jamais pode ser autorizada na LOA.
- B)** A LOA pode conter livremente qualquer matéria legislativa desde que relacionada à Administração Pública.
- C)** A autorização para créditos suplementares é vedada na LOA, pois o orçamento deve conter exclusivamente despesas já fixadas.

D)

A autorização para créditos suplementares e operações de crédito é admitida, mas a criação de secretaria constitui matéria estranha ao conteúdo próprio da LOA.

GABARITO PRELIMINAR

E) A criação da secretaria é compatível com a LOA, pois toda matéria de interesse administrativo pode constar do orçamento.

Questão 40

O Procurador do Município de Matinhos foi consultado porque o ente deixou de adotar medidas suficientes para a efetiva arrecadação do IPTU, embora o imposto esteja previsto na legislação municipal e a receita tenha sido estimada na Lei Orçamentária Anual. A Administração sustenta que a mera previsão orçamentária seria suficiente para afastar qualquer consequência prevista na Lei de Responsabilidade Fiscal. Sobre o assunto, assinale a alternativa CORRETA.

A) A efetiva arrecadação é faculdade do Município, desde que o tributo esteja previsto na LOA.

B)

A instituição, previsão e efetiva arrecadação dos tributos da competência constitucional do ente constituem requisitos essenciais da responsabilidade na gestão fiscal, havendo consequência quanto às transferências voluntárias em relação aos impostos.

GABARITO PRELIMINAR

C) A previsão da receita na LOA substitui a efetiva arrecadação para todos os efeitos da LRF.

D) A LRF exige a instituição de tributos apenas dos Estados e da União.

E) A ausência de arrecadação de imposto municipal não produz qualquer consequência relacionada às transferências voluntárias.

**Direito Processual Civil****Questão 41**

Paulo, domiciliado em Campo Grande - MS, foi vítima de acidente de trânsito ocorrido em Matinhos - PR, causado por veículo oficial pertencente à prefeitura local, conduzido por Mário, servidor público deste município. Pretendendo ajuizar ação de reparação de danos em face do Município de Matinhos, surgiram dúvidas acerca do foro competente para o processamento da demanda. Considerando exclusivamente o disposto nos artigos 51 a 53 do Código de Processo Civil, analise as afirmativas a seguir.

I. Nos termos do art. 53, V, do CPC, por se tratar de ação de reparação de dano decorrente de acidente de veículo, é competente o foro de domicílio do autor ou do local do fato, podendo Paulo optar por ajuizar a ação em Campo Grande - MS ou em Matinhos - PR.

II. Por se tratar de ação movida contra ente municipal, aplica-se à hipótese a regra do art. 52 do CPC, segundo a qual, quando o réu for o Estado ou o Distrito Federal, é competente o foro de domicílio do autor, do local do ato ou fato, ou de sua sede, à escolha do autor.

III. A regra geral do art. 53, III, "a", do CPC, que estabelece a competência do foro da sede da pessoa jurídica ré, é afastada, no caso concreto, pela regra especial do inciso V do mesmo artigo, aplicável especificamente às ações de reparação de dano por acidente de veículo.

IV. Por se tratar de competência absoluta fixada em razão da matéria, o foro estabelecido pelo art. 53, V, do CPC não comporta escolha do autor, sendo obrigatório o ajuizamento da ação no local do fato.

Está CORRETO o que se afirma em:

A) I, II e III, apenas

B) II e IV, apenas

C) I, II, III e IV.

D)
I e III, apenas

GABARITO PRELIMINAR

E) I, III e IV, apenas

Questão 42

Durante uma reunião da Procuradoria-Geral do Município de Matinhos - PR, um munícipe manifestou interesse em ajuizar ação de indenização por danos morais em face do Município, estimando o valor da causa em 30 salários mínimos, e questionou se a demanda poderia tramitar perante o Juizado Especial Cível. A Procuradoria foi consultada sobre a viabilidade da medida e sobre o funcionamento dos Juizados Especiais em geral. Considerando exclusivamente o disposto nas Leis nº 9.099/95 e nº 10.259/01, julgue verdadeiro (V) ou falso (F) o que se afirma a seguir e, então, assinale a alternativa com a sequência CORRETA.

(___) O Município não pode figurar como parte no processo perante o Juizado Especial Cível regido pela Lei nº 9.099/95.

(___) A competência do Juizado Especial Cível abrange, entre outras hipóteses, as causas cujo valor não exceda 40 salários mínimos.

(___) No Juizado Especial Federal, a União, autarquias, fundações e empresas públicas federais podem figurar como rés, limitada a competência a causas de até 60 salários mínimos.

(___) O Município de Matinhos pode ser demandado perante o Juizado Especial Federal, criado pela Lei nº 10.259/01, por se tratar de ente da Administração Pública.



(___) Da sentença proferida no Juizado Especial Cível cabe recurso, no prazo de dez dias, para a Turma Recursal.

A) V, V, F, F, V.

B) F, V, V, F, V.

C) V, V, V, V, F.

D)
V, V, V, F, V.

GABARITO PRELIMINAR

E) V, F, V, V, V.

Questão 43

A empresa LTZ ajuizou ação de cobrança em face do Município de Matinhos, referente ao contrato de prestação de serviços elétricos, perante a Vara da Fazenda Pública de Matinhos - PR. Ocorre que o juiz titular da referida Vara é sócio da empresa LTZ, detendo participação em seu capital social desde a constituição da sociedade, sem que tenha se afastado da condição de sócio antes de assumir a condução do processo. Diante desse cenário, surgiram discussões acerca das hipóteses de impedimento e suspeição do magistrado. Considerando exclusivamente o disposto no Código de Processo Civil, analise as assertivas a seguir.

I. É impedimento o juiz que for sócio da pessoa jurídica parte no processo, hipótese que se aplica ao caso.

II. A condição de sócio configura suspeição, sujeita a prazo de 15 dias para arguição, sob pena de preclusão.

III. Por se tratar de impedimento, o vício não preclui e admite ação rescisória contra a sentença proferida.

IV. O impedimento por participação societária só se configura acima de 10% do capital social.

Está CORRETO o que se afirma em:

A)
I e III, apenas.

GABARITO PRELIMINAR

B) I, II e III, apenas.

C) I, II, III e IV.

D) I e II, apenas.

E) III e IV, apenas.

Questão 44

O Procurador do Município de Matinhos - PR identificou que a petição inicial de determinada ação movida pelo Município apresentava vício sanável relacionado à representação processual. Diante da situação, o juiz determinou a intimação da parte antes de qualquer decisão terminativa. Assinale a alternativa CORRETA acerca da extinção do processo, nos termos do Código de Processo Civil.

A) A oportunidade de correção do vício prevista no CPC é aplicável exclusivamente às ações movidas pela Fazenda Pública.

B) O processo se extingue exclusivamente pela prolação de sentença que resolve o mérito da causa.

C)
Antes de proferir decisão sem resolução de mérito, o juiz deverá conceder à parte oportunidade para, se possível, corrigir o vício.

GABARITO PRELIMINAR

D) A extinção do processo, uma vez decretada, impede a repositura da demanda em qualquer hipótese.

E) A extinção do processo sem resolução de mérito prescinde de qualquer intimação prévia da parte, ainda que o vício seja sanável.

Questão 45

Em ação ajuizada perante o Juizado Especial da Fazenda Pública em face do Município de Matinhos - PR, o Procurador Municipal foi questionado sobre a existência de prazo diferenciado para a prática de atos processuais pelo ente público demandado. Sendo assim, considere as asserções a seguir.

I. No âmbito do Juizado Especial da Fazenda Pública, os Estados, o Distrito Federal, os Territórios e os Municípios não gozam de prazo diferenciado para a prática de atos processuais, inclusive para a interposição de recursos.

PORQUE

II. A Lei nº 12.153/2009 estabelece expressamente que não haverá prazo diferenciado para a prática de qualquer ato processual pelas pessoas jurídicas de direito público que figurem no polo passivo da demanda.

A respeito dessas asserções, assinale a alternativa CORRETA.

- A)** As asserções I e II são verdadeiras, e a II justifica a I.

GABARITO PRELIMINAR

- B)** A asserção I é verdadeira, e a II é falsa.
- C)** A asserção I é falsa, e a II é verdadeira.
- D)** As asserções I e II são falsas.
- E)** As asserções I e II são verdadeiras, e a II não justifica a I.

Questão 46

O Município de Matinhos - PR ajuizou ação reivindicatória em face da empresa Beta, buscando a retomada de imóvel público ocupado irregularmente. Antônio, terceiro que mantém contrato de sublocação com a empresa Beta e cujo direito depende diretamente do desfecho da causa, pretende ingressar no feito para auxiliar a parte demandada. Considerando o disposto no Código de Processo Civil sobre a assistência, preencha as lacunas do excerto a seguir e assinale a alternativa com a sequência CORRETA.

"Pendendo causa entre duas ou mais pessoas, o terceiro juridicamente _____ em que a sentença seja favorável a uma delas poderá intervir no processo para _____."

- A)** prejudicado, representá-la.

- B)** interessado, assisti-la.

- C)** desinteressado, assisti-la.

- D)** prejudicado, assisti-la.

- E)** interessado, substituí-la.



GABARITO PRELIMINAR

Questão 47

Em reunião sobre técnicas de responsabilização patrimonial de sócios em execuções movidas pelo Município de Matinhos - PR, discutiu-se o incidente de desconconsideração da personalidade jurídica. Considerando exclusivamente o disposto no Código de Processo Civil, analise as assertivas a seguir.

I. O incidente pode ser instaurado a pedido da parte ou do Ministério Público, quando lhe couber intervir no processo.

II. É cabível o incidente em todas as fases do processo de conhecimento, no cumprimento de sentença e na execução fundada em título executivo extrajudicial.

III. A instauração do incidente sempre suspenderá o processo, inclusive quando a desconconsideração for requerida na própria petição inicial.

IV. Instaurado o incidente, o sócio ou a pessoa jurídica será citado para se manifestar e requerer provas no prazo de 15 dias.

Está CORRETO o que se afirma em:

- A) I, III e IV, apenas.
- B) III e IV, apenas.
- C) II e III, apenas.

D)
I, II e IV, apenas.

GABARITO PRELIMINAR

E) I, II, III e IV.

Questão 48

A Procuradoria do Município de Matinhos - PR identificou que determinado gestor autorizou contratação sem justificar divergência de preços apontada por parecer técnico, causando prejuízo comprovado ao erário. Diante disso, o Procurador cogitou as medidas cabíveis. Considerando exclusivamente o disposto na Lei nº 8.429/92, julgue verdadeiro (V) ou falso (F) o que se afirmar a seguir e, então, assinale a alternativa com a sequência CORRETA.

(__) O Município, por ser o ente lesado, possui legitimidade concorrente com o Ministério Público para propor a ação de improbidade administrativa.

(__) A ação de improbidade administrativa segue o procedimento comum previsto no CPC, salvo disposição em contrário da própria lei.



(__) A configuração do ato de improbidade exige a comprovação de dolo específico do agente, não bastando a mera voluntariedade da conduta.

(__) A mera nomeação ou indicação política para cargo comissionado configura, por si só, ato de improbidade administrativa.

(__) O mero exercício da função pública, sem comprovação de ato doloso com fim ilícito, afasta a responsabilização por improbidade.

A) V, F, V, V, F.

B)
F, V, V, F, V.

GABARITO PRELIMINAR

C) V, V, V, F, V.

D) F, V, F, V, V.

E) F, F, V, F, V.

Questão 49

Durante reunião de estudos da Procuradoria-Geral do Município de Matinhos - PR, discutiu-se o incidente de resolução de demandas repetitivas como mecanismo de uniformização de jurisprudência aplicável a litígios de massa envolvendo a Fazenda Pública Municipal. Considerando exclusivamente o disposto no Código de Processo Civil sobre o IRDR, analise as assertivas a seguir.

I. É cabível a instauração do incidente quando houver, simultaneamente, efetiva repetição de processos com controvérsia sobre a mesma questão de direito e risco de ofensa à isonomia e à segurança jurídica.

II. A desistência ou o abandono do processo que deu origem ao incidente impede o exame de seu mérito, devendo ser extinto sem resolução.

III. O Ministério Público, quando não for o requerente, atua no incidente como fiscal da lei facultativo, podendo deixar de intervir.

IV. O incidente deve ser julgado no prazo de 1 ano, tendo preferência sobre os demais feitos, ressalvados os que envolvam réu preso e os pedidos de habeas corpus.

Está CORRETO o que se afirma em:

A) I e IV, apenas.

GABARITO PRELIMINAR

B) II e III, apenas.

C) I, II, III e IV.

D) II, III e IV, apenas.

E) I, III e IV, apenas.

Questão 50

O Procurador do Município de Matinhos - PR identificou a necessidade de pleitear, em caráter de urgência, a suspensão imediata de obra irregular que ameaça a segurança de próprio público. No termos do Código de Processo Civil, para a concessão da tutela de urgência, o Procurador deverá demonstrar, cumulativamente:



A) o direito líquido e certo e a urgência da pretensão.

B) o dano irreparável já consumado e a plausibilidade jurídica do pedido.

C) a probabilidade do direito e a evidência inequívoca das alegações, dispensado o perigo de dano.

D) a probabilidade do direito e o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo.

GABARITO PRELIMINAR

E) a caução idônea e a reversibilidade da medida, dispensada a probabilidade do direito.

Questão 51

Considerando exclusivamente o disposto no Código de Processo Civil sobre a tutela de evidência, analise as assertivas a seguir.

I. A tutela de evidência será concedida independentemente da demonstração de perigo de dano ou de risco ao resultado útil do processo.

II. Configurado abuso do direito de defesa ou propósito manifestamente protelatório da parte, o juiz poderá conceder a tutela de evidência.

III. Tratando-se de pedido reipersecutório fundado em prova documental adequada do contrato de depósito, o juiz determinará a entrega do objeto custodiado, sob cominação de multa.

IV. A tutela da evidência poderá ser concedida quando a petição inicial for instruída com prova documental suficiente dos fatos constitutivos do direito do autor e o réu não apresentar prova capaz de gerar dúvida razoável sobre tais fatos.

Está CORRETO o que se afirma em:

- A) I, II e IV, apenas.
- B) III e IV, apenas.
- C) I, II, III e IV.

D)
I, II e III, apenas.

GABARITO PRELIMINAR

- E) II, III e IV, apenas.

Questão 52

Assinale a alternativa que apresenta CORRETAMENTE uma das hipóteses de cabimento da ação rescisória previstas no Código de Processo Civil.

- A) Quando o prazo para interposição de apelação houver transcorrido in albis, sem qualquer vício na decisão.
- B) Quando a parte pretender apenas o reexame das provas já valoradas na decisão rescindenda.
- C) Quando a decisão de mérito for meramente reformável por recurso ainda pendente de julgamento.

D)
Quando a decisão de mérito, transitada em julgado, for proferida por juiz impedido ou absolutamente incompetente.



GABARITO PRELIMINAR

- E) Quando a parte pretender apenas a reforma de decisão interlocutória não agravável.

Questão 53

Em treinamento interno da Procuradoria-Geral do Município de Matinhos - PR sobre a cobrança judicial da Dívida Ativa, discutiu-se o rito da execução fiscal. Considerando exclusivamente o disposto na Lei nº 6.830/90, analise as assertivas a seguir.

- I. A petição inicial da execução fiscal deve conter apenas a indicação do juiz, o pedido e o requerimento de citação, sendo instruída com a Certidão de Dívida Ativa, que dela fará parte integrante.**
- II. O executado será citado para, no prazo de 5 dias, pagar a dívida ou garantir a execução.**
- III. Os embargos à execução fiscal são admissíveis, independentemente de prévia garantia do juízo, podendo ser opostos desde a citação.**
- IV. No prazo dos embargos, é admissível a reconvenção e a compensação, na forma do Código de Processo Civil.**

Está CORRETO o que se afirma em:

- A) I, III e IV, apenas.
- B) I, II, III e IV.

C) III e IV, apenas.

D) I, II e III, apenas.

E) I e II, apenas.

GABARITO PRELIMINAR

Questão 54

Em execução fiscal ajuizada pelo Município de Matinhos - PR em face da empresa Alfa Ltda., a penhora recaiu sobre um veículo que, na verdade, pertence a Ronaldo, pessoa estranha à relação processual, que comprova a posse e a propriedade do bem. Ronaldo procura a Procuradoria para saber como reverter a constrição indevida. Considerando exclusivamente o disposto no Código de Processo Civil sobre embargos de terceiro, julgue verdadeiro (V) ou falso (F) o que se afirma a seguir e, então, assinale a alternativa com a sequência CORRETA.

(___) Por não ser parte no processo, Ronaldo pode requerer o desfazimento da constrição por meio de embargos de terceiro.

(___) Os embargos de terceiro somente podem ser opostos até o momento da penhora, não sendo cabíveis após esse ato.

(___) Caso a penhora recaia sobre a totalidade dos bens constritos, o oferecimento dos embargos suspende o curso do processo principal quanto a esses bens.

(___) O cônjuge que defende sua meação sobre bem indevidamente constrito também pode se valer dos embargos de terceiro.

(___) A petição inicial dos embargos exige prova plena e não meramente sumária da posse do embargante.



A) V,F,F,V,F.

GABARITO PRELIMINAR

B) F,V,F,V,V.

C) V,V,V,E,F.

D) V,V,F,F,V.

E) F,F,V,V,F.

Questão 55

Considerando exclusivamente o disposto no Código de Processo Civil sobre a formação, a suspensão e a extinção do processo, julgue verdadeiro (V) ou falso (F) o que se afirma a seguir e, então, assinale a alternativa com a sequência CORRETA.

(___) Considera-se proposta a ação assim que a petição inicial for protocolada.

(___) A convenção das partes pode suspender o processo por prazo superior a 6 meses.

(___) Durante a suspensão do processo, é vedada a prática de qualquer ato processual, podendo o juiz, todavia, determinar a realização de atos urgentes para evitar dano irreparável.

(___) O juiz pode proferir decisão sem resolução de mérito sem conceder à parte qualquer oportunidade prévia de corrigir o vício, ainda que sanável.

- A) F, F, V, V.
- B) V, V, F, F.
- C) V, F, F, F.
- D) F, V, F, V.

E) V, F, V, F.

GABARITO PRELIMINAR

Direito Civil e Empresarial

Questão 56

Em procedimento administrativo deflagrado no âmbito da Secretaria Municipal de Urbanismo para a celebração de termo de ajustamento de conduta urbanístico com loteador inadimplente, o Procurador do Município responsável pela emissão do parecer jurídico consultivo opina pela viabilidade jurídica da celebração do acordo com base em cláusula geral de interesse público e proporcionalidade, apontando as consequências práticas, orçamentárias e de infraestrutura que decorrerão da manutenção das obras inacabadas em face da alternativa conciliatória, em estrita observância ao art. 20 da LINDB.

Considerando as normas de sobredireito da Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro introduzidas pela Lei nº 13.655/2018 e o regime de responsabilidade dos advogados públicos e pareceristas, assinale a alternativa CORRETA.



- A) A celebração do termo de compromisso para ajustamento de conduta na esfera administrativa enseja novação tácita das obrigações legais, extinguindo de pleno direito a responsabilidade civil e administrativa do loteador por vícios pretéritos.

B) Nas decisões administrativas e de controle, a motivação jurídica deve demonstrar a necessidade e a adequação da medida imposta, sendo obrigatória a consideração das consequências práticas da decisão, bem como das alternativas jurídicas disponíveis.

GABARITO PRELIMINAR

- C) O Procurador do Município, no exercício de sua função consultiva ordinária, responde solidária e objetivamente com a autoridade administrativa pelos eventuais prejuízos decorrentes do ato homologado, independentemente da demonstração de dolo ou culpa grave.
- D) A edição de ato normativo pela autoridade administrativa municipal para regulamentar a concessão de incentivos urbanísticos depende, compulsoriamente e sob pena de nulidade, de prévia audiência ou consulta pública em qualquer hipótese.
- E) A manifestação do parecerista com base em conceitos jurídicos indeterminados é vedada em caráter absoluto pela LINDB no âmbito das esferas administrativa, controladora e judicial, impondo-se a nulidade do parecer.

Questão 57

Determinado munícipe com diagnóstico de severo transtorno neurocognitivo irreversível completou 17 (dezessete) anos e, por meio de curador provisório nomeado em juízo, ajuizou ação de indenização contra o Município pretendendo reparação por danos decorrentes de acidente ocorrido em hospital público municipal quando contava com 10 (dez) anos de idade. Em contestação, a Procuradoria

Municipal alegou a ocorrência da prescrição quinquenal da pretensão em face da Fazenda Pública, sustentando que, com o advento do Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015), o autor deixou de ser considerado absolutamente incapaz, passando ao rol dos plenamente capazes ou relativamente incapazes.

Acerca do regime da capacidade civil e da fluência da prescrição, assinale a alternativa CORRETA.

- A) O instituto da curatela de pessoa com deficiência implica a perda da capacidade civil plena para atos existenciais, como casamento, voto e direitos patrimoniais, restabelecendo a causa impeditiva de prescrição do art. 198, I, do Código Civil.
- B) A interdição judicial com nomeação de curador produz efeitos retroativos à data do fato danoso, acarretando a anulação automática de todos os prazos extintivos fluídos durante a menoridade relativa.
- C) A prescrição quinquenal em face da Fazenda Pública não corre contra o menor relativamente incapaz, por força da equiparação absoluta promovida pelo Estatuto da Pessoa com Deficiência.

D)

A partir da Lei nº 13.146/2015, a única hipótese legal de incapacidade civil absoluta restringe-se ao critério etário dos menores de 16 (dezesseis) anos, fluindo o prazo prescricional contra os relativamente incapazes a partir do atingimento dessa faixa etária.

GABARITO PRELIMINAR

- E) A incapacidade civil absoluta alcança todas as pessoas portadoras de enfermidade neurológica severa que não possam exprimir sua vontade de modo permanente, suspendendo a prescrição em qualquer idade.

Questão 58

Em sede de execução fiscal ajuizada pelo Município para cobrança de créditos não tributários decorrentes de ressarcimento ao erário, constatou-se que a sociedade empresária devedora transfere sem qualquer contraprestação, vultoso ativo financeiro e bens imóveis para outra pessoa jurídica pertencente aos mesmos sócios, restando a devedora originária insolvente e com atividades paralisadas. Diante disso, o Procurador do Município instaurou Incidente de Desconsideração da Personalidade Jurídica (IDPJ), com esteio no art. 50 do Código Civil, pleiteando o alcance do patrimônio dos sócios e da empresa coligada beneficiária.



À luz da disciplina legal da desconsideração da personalidade jurídica após a Lei da Liberdade Econômica (Lei nº 13.874/2019) e da jurisprudência, assinale a alternativa CORRETA.

- A) A constatação do encerramento irregular das atividades da pessoa jurídica é suficiente, de per si, para ensejar a desconsideração da personalidade jurídica no âmbito das relações cíveis em geral regidas pelo Código Civil.
- B) O acolhimento do pedido de desconsideração da personalidade jurídica não acarreta a ineficácia das alienações fraudulentas perpetradas pelos sócios antes da instauração do incidente processual.

C)

A confusão patrimonial resta tipificada pela transferência de ativos ou passivos sem efetivas contraprestações, exceto os de valor proporcionalmente insignificante, bem como pelo cumprimento repetitivo de obrigações do sócio pela sociedade ou vice-versa.

GABARITO PRELIMINAR

- D) A mera existência de grupo econômico entre as empresas autoriza a imediata extensão das obrigações de uma pessoa jurídica à outra, dispensando a demonstração de desvio de finalidade ou confusão patrimonial.
- E) A desconsideração inversa da personalidade jurídica não se submete ao procedimento incidental do Código de Processo Civil, devendo ser postulada mediante ação anulatória autônoma de rito ordinário.

Questão 59

Determinada família ajuizou ação de usucapião em face do Município, visando à declaração de domínio sobre imóvel público dominical desprovido de destinação específica, alegando posse mansa, pacífica e ininterrupta por mais de 15 (quinze) anos, fundamentando sua pretensão no princípio da função social da posse e no direito à moradia. Subsidiariamente, pleiteou indenização por benfeitorias úteis e necessárias e direito de retenção.

Sobre o regime jurídico dos bens públicos, da proteção possessória e do bem de família, assinale a alternativa CORRETA.

- A) Os bens públicos dominicais, por integrarem o patrimônio disponível do Estado e estarem desafetados de finalidade pública, sujeitam-se à usucapião extraordinária quando comprovada a função social da moradia.
- B) Em litígio travado exclusivamente entre particulares sobre bem público dominical desafetado, é inviável o manejo de interditos possessórios, pois o vício da detenção estende-se indistintamente a todas as relações intersubjetivas.
- C) A transmissão do bem público para o domínio privado opera-se pelo decurso do tempo de ocupação tolerada pela administração municipal, consolidando-se o direito adquirido à propriedade.

D)

A ocupação de imóvel público por particular qualifica-se como mera detenção em face do Poder Público, o que inviabiliza o reconhecimento de posse *ad usucapionem*, a concessão de interditos possessórios contra o Município e a indenização por retenção de benfeitorias.

GABARITO PRELIMINAR

- E) O bem de família voluntário, instituído por escritura pública devidamente registrada, exclui a possibilidade de penhora por débitos de IPTU e taxas incidentes sobre o próprio imóvel residencial.

**Questão 60**

O Município celebrou contrato de compra e venda de um terreno com particular para a ampliação de uma unidade de pronto atendimento. Ocorre que o alienante utilizou-se de artifícios fraudulentos e laudos adulterados, ocultando dolosamente que a área continha contaminação química grave no subsolo que impedia qualquer atividade hospitalar, circunstância determinante sem a qual a municipalidade não teria pactuado a aquisição nem pago o preço ajustado.

Acerca dos defeitos e da invalidade do negócio jurídico, assinale a alternativa CORRETA.

- A) O dolo principal praticado pelo alienante enseja a nulidade absoluta do contrato de compra e venda, operando efeitos *ex tunc* e sendo a respectiva pretensão anulatória imprescritível.

B)

O vício apresentado caracteriza dolo essencial ou principal (omissão dolosa de qualidade essencial), tornando o negócio jurídico anulável no prazo decadencial de 4 (quatro) anos, contado da data de sua realização.

GABARITO PRELIMINAR

- C) O silêncio intencional sobre a contaminação configura dolo acidental, hipótese em que o negócio jurídico permanece válido, gerando apenas o dever de indenizar as perdas e danos.
- D) O desconhecimento de proibição urbanística de edificação pelo adquirente não autoriza a alegação de erro de direito, uma vez que a LINDB veda de forma absoluta o erro fundado em desconhecimento da norma.
- E) Na simulação relativa objetiva, havendo divergência entre o preço declarado na escritura e o valor real praticado pelas partes, o negócio simulado subsiste integralmente, sendo defesa a sua anulação.

Questão 61

Em ação de cobrança promovida pelo Município em face de três devedores solidários (Lucas, Mateus e Marcos) para a exigência de quantia líquida e certa no valor de R\$ 90.000,00, Lucas compareceu administrativamente e celebrou acordo com a Procuradoria Municipal, tendo o ente público concedido expressa remissão de sua quota-parte na dívida. Posteriormente, Marcos veio a falecer, deixando dois herdeiros necessários.

Considerando o regime das obrigações solidárias e do adimplemento das obrigações, assinale a alternativa CORRETA.

- A) A compensação de dívida tributária do Município com crédito de terceiro não interessado opera-se de pleno direito, independentemente de previsão em lei específica municipal.
- B) Com a morte de Marcos, os seus herdeiros respondem individual e solidariamente pela totalidade da dívida originária de R\$ 90.000,00, independentemente das forças da herança.
- C) A remissão concedida a Lucas desonera integralmente Mateus e os sucessores de Marcos da obrigação, em decorrência da unidade subjetiva do polo passivo.
- D) O pagamento voluntário realizado por terceiro não interessado em nome e à conta do próprio devedor confere àquele o direito de sub-rogação em todos os privilégios creditórios do Município.

E)

A remissão da dívida concedida a um dos codevedores extingue a obrigação na parte que lhe corresponde, podendo o Município cobrar o saldo remanescente de R\$ 60.000,00 dos demais codevedores, deduzida a quota remitida.

GABARITO PRELIMINAR

Questão 62

Em contrato de concessão de uso de bem público municipal para exploração de terminal rodoviário, a concessionária efetuiu, ao longo de 6 (seis) anos consecutivos e com a tolerância expressa da fiscalização municipal, o recolhimento da outorga mensal sem a incidência de determinada taxa de expediente prevista originariamente no edital e no contrato. Inopinadamente, a administração municipal lavrou auto de infração cobrando retroativamente todos os valores não recolhidos com multa e juros moratórios, determinando a rescisão imediata do ajuste.

À luz da teoria contratual contemporânea e das figuras parcelares da boa-fé objetiva, assinale a alternativa CORRETA.

- A) A cláusula de tolerância expressa afasta a incidência de qualquer dever de cooperação ou informação entre os contratantes, autorizando a cobrança cumulativa com base no *tu quoque*.
- B) A vedação ao comportamento contraditório (*venire contra factum proprium*) aplica-se com exclusividade aos contratos civis paritários, sendo inaplicável nas relações travadas entre particular e o Poder Público.
- C) A conduta da Administração é plenamente legítima e imune a qualquer controle, porquanto a indisponibilidade do interesse público afasta a incidência do princípio da boa-fé objetiva nos contratos administrativos.
- D) A teoria do *adimplemento substancial* autoriza a extinção automática da concessão de uso sempre que houver descumprimento de dever secundário ou anexo pelo concessionário.

E)

A tolerância reiterada da Administração Municipal consolidou a perda do direito subjetivo de exigir os encargos pretéritos por força da *supressio*, correspondendo ao nascimento de

uma legítima expectativa para o contratante (*surrectio*).

GABARITO PRELIMINAR

Questão 63

Em contrato de empreitada celebrado com a Secretaria Municipal de Obras para a pavimentação de vias urbanas, a empreiteira paralisou a execução dos serviços alegando a ocorrência de chuvas torrenciais sazonais na região, pleiteando a rescisão contratual sem ônus e indenização por desmobilização de maquinário. O Município constatou que o cronograma físico-financeiro já estava atrasado antes do período chuvoso e aplicou a multa moratória pactuada, cumulando-a com a indenização suplementar por perdas e danos decorrentes do atraso na entrega da obra pública.

Acerca do inadimplemento das obrigações, da responsabilidade civil e da cláusula penal, assinale a alternativa CORRETA.

- A) A cláusula penal moratória admite cumulação automática com indenização por perdas e danos e lucros cessantes, sem necessidade de expressa previsão contratual nesse sentido.
- B) As intempéries climáticas e chuvas sazonais constituem fortuito externo imprevisível, apto a afastar em caráter absoluto a responsabilidade do contratado pela inexecução da obra.
- C) O valor fixado a título de cláusula penal em contratos civis não sofre qualquer limite legal, podendo ultrapassar livremente o valor da obrigação principal por força da autonomia da vontade.

- D) O devedor em mora responde pela impossibilidade da prestação decorrente de caso fortuito ou força maior que sobrevenha durante o atraso, salvo se provar isenção de culpa ou que o dano ocorreria mesmo se a obrigação fosse cumprida a tempo (*perpetuatio obligationis*).

GABARITO PRELIMINAR

- E) Nas obrigações contratuais líquidas e a termo certo, a constituição do devedor em mora depende sempre de prévia interpelação judicial promovida pelo ente público.

Questão 64

Ao realizar auditoria prévia para a contratação de fornecimento emergencial de insumos hospitalares, a Procuradoria Municipal deparou-se com proposta formulada por sociedade limitada constituída por apenas um único sócio pessoa natural, cujo ato societário adotava a forma de Sociedade Limitada Unipessoal (SLU). Constatou-se, ainda, que o sócio único exercia paralelamente a profissão de médico, atuando a pessoa jurídica como prestadora de serviços médicos laboratoriais com organização de fatores de produção, maquinário especializado e concurso de diversos auxiliares e colaboradores contratados.

Sobre o conceito de empresário, as espécies societárias e a sociedade limitada no Direito Brasileiro, assinale a alternativa CORRETA.

- A) O exercício de profissão intelectual, de natureza científica ou técnica, nunca poderá ser qualificado como atividade empresária, sendo nula a constituição de sociedade empresária para tal mister.
- B) A sociedade simples e a sociedade empresária possuem como traço diferenciador a existência de fins lucrativos, porquanto apenas as sociedades empresárias visam à partilha de lucros entre os sócios.
- C) A morte de um dos sócios em sociedade limitada tradicional acarreta a dissolução compulsória da sociedade se a pluralidade societária não for reconstituída no prazo improrrogável de 180 (cento e oitenta) dias.
- D) Na sociedade limitada, a responsabilidade do sócio único é ilimitada pelas obrigações sociais ordinárias, respondendo seus bens particulares diretamente desde o momento da celebração do contrato.

E)

A legislação brasileira extinguiu a Empresa Individual de Responsabilidade Limitada (EIRELI), passando a permitir expressamente a constituição de Sociedade Limitada por 1 (uma) ou mais pessoas, aplicando-se ao documento de constituição do sócio único as regras do contrato social.

GABARITO PRELIMINAR**Questão 65**

Em procedimento administrativo em curso na Procuradoria-Geral do Município para a emissão de certidão de regularidade funcional e averbação de assentamentos de servidor público municipal, o requerente apresentou certidão de registro civil informando a alteração de seu prenome e a exclusão do patronímico de seu ex-cônjuge, realizadas diretamente perante o Cartório de Registro Civil de Pessoas Naturais. A chefia administrativa consultou o Procurador do Município acerca da legalidade das alterações sem intervenção judicial.

Considerando as inovações introduzidas pela Lei nº 14.382/2022 na Lei de Registros Públicos (Lei nº 6.015/1973), assinale a alternativa CORRETA.

- A) A alteração imotivada de prenome pela pessoa registrada só pode ser requerida em juízo, desde que comprovada justa causa e ausência de prejuízos a terceiros, mediante prévia oitiva do Ministério Público.
- B) O direito de alterar o prenome de forma imotivada na via extrajudicial submete-se ao prazo decadencial estrito de 1 (um) ano contado a partir da data em que a pessoa completou a maioridade civil.
- C) A alteração extrajudicial do prenome dispensa qualquer comunicação oficial aos órgãos de identificação civil, eleitoral ou fiscal, preservando-se o anonimato absoluto do requerente.

D)

A pessoa registrada poderá, após atingir a maioridade civil, requerer pessoalmente e imotivadamente a alteração de seu prenome perante o oficial de registro civil, independentemente de decisão judicial, medida que na via extrajudicial só pode ser praticada uma única vez.

GABARITO PRELIMINAR

- E) A exclusão de sobrenome do ex-cônjuge após a dissolução da sociedade conjugal decorrente de divórcio ou falecimento depende, compulsoriamente, de homologação ou sentença judicial.

Direito Urbanístico e Ambiental**Questão 66**

Uma sociedade empresária implantou, sem aprovação municipal, loteamento residencial em área de preservação permanente. Embora tivesse conhecimento do empreendimento, o Município permaneceu inerte, deixando de adotar medidas de fiscalização e de impedir a continuidade do parcelamento irregular. Posteriormente, os adquirentes dos lotes sofreram prejuízos patrimoniais decorrentes da impossibilidade de registro dos imóveis.

Considerando a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça acerca da responsabilidade civil do Município nessa hipótese, assinale a alternativa CORRETA.

- A) A responsabilidade do Município restringe-se à adoção de medidas destinadas à regularização do loteamento, não abrangendo a reparação dos danos ambientais e urbanísticos.
- B) A responsabilidade do Município pelos danos ambientais e urbanísticos decorrentes de sua omissão depende da comprovação de culpa dos agentes responsáveis pela fiscalização.

C)

O Município responde objetiva e solidariamente pelos danos ambientais e urbanísticos decorrentes de sua omissão, mas não pelos prejuízos patrimoniais individuais suportados pelos adquirentes em razão do negócio jurídico celebrado com o loteador.

GABARITO PRELIMINAR

- D)** A responsabilidade pelos danos ambientais e urbanísticos decorrentes do loteamento recai sobre o loteador, não alcançando o Município em razão da natureza omissiva de sua conduta.
- E)** A omissão municipal gera responsabilidade objetiva e solidária tanto pelos danos ambientais e urbanísticos quanto pelos prejuízos patrimoniais individuais suportados pelos adquirentes.

Questão 67

De acordo com a Lei nº 15.190/2025, que dispõe sobre o licenciamento ambiental e disciplina seus procedimentos, assinale a alternativa CORRETA.

- A)** No licenciamento ambiental simplificado pela modalidade bifásica, podem ser aglutinadas a Licença Prévia e a Licença de Instalação ou a Licença de Instalação e a Licença de Operação, sendo dispensada a apresentação de EIA na hipótese de emissão conjunta da Licença Prévia com a Licença de Instalação, inclusive para atividades ou empreendimentos potencialmente causadores de significativa degradação do meio ambiente.

B)

O licenciamento ambiental simplificado pela modalidade em fase única consiste na avaliação da viabilidade ambiental e na autorização da instalação e da operação da atividade ou do empreendimento em uma única etapa, com a emissão da Licença Ambiental Única.

GABARITO PRELIMINAR

- C)** O licenciamento ambiental simplificado por adesão e compromisso pode ser adotado quando a atividade ou o empreendimento for de pequeno ou médio porte ou apresentar baixo ou médio potencial poluidor, desde que também estejam presentes as demais condições previstas em lei.
- D)** No licenciamento ambiental simplificado por adesão e compromisso, as informações apresentadas pelo empreendedor no Relatório de Caracterização do Empreendimento devem ser integralmente analisadas pela autoridade licenciadora antes da emissão da licença.
- E)** No licenciamento ambiental ordinário pela modalidade trifásica, a Licença Prévia, a Licença de Instalação e a Licença de Operação são emitidas sequencialmente, sendo exigida a apresentação de EIA, no caso de atividade ou empreendimento potencialmente causador de significativa degradação do meio ambiente, na fase de Licença de Instalação.

Questão 68

Em ação destinada à reparação de dano ambiental decorrente do desmatamento irregular de área protegida, determinada empresa foi condenada a recuperar integralmente a área degradada. Após o trânsito em julgado, diante da inviabilidade técnica de cumprimento da obrigação de fazer diretamente pela condenada, o juízo converteu-a em indenização por perdas e danos. Seis anos após o trânsito em julgado, iniciou-se a execução da prestação pecuniária, ocasião em que a empresa alegou a prescrição da pretensão executória em razão do decurso do tempo.

Diante do caso narrado e à luz da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, assinale a alternativa CORRETA.

- A)** A imprescritibilidade alcança a pretensão de reparação do dano ambiental, mas não se estende à pretensão executória fundada no título judicial correspondente.

B)

A pretensão executória permanece imprescritível, pois a conversão da obrigação de reparar o dano ambiental em indenização por perdas e danos não altera a natureza do direito fundamental tutelado.

GABARITO PRELIMINAR

- C) O afastamento da prescrição da pretensão executória depende da demonstração de causa legal de suspensão ou interrupção do prazo prescricional durante o período de inércia.
- D) A imprescritibilidade subsiste enquanto houver obrigação de recuperação direta do meio ambiente, passando a incidir o regime prescricional comum após sua conversão em indenização por perdas e danos.
- E) A pretensão executória encontra-se prescrita, pois a conversão da obrigação de reparação ambiental em prestação pecuniária submete o crédito aos prazos prescricionais aplicáveis às obrigações patrimoniais.

Questão 69

Nos termos da Lei Complementar nº 140/2011, os entes federativos podem valer-se, entre outros instrumentos de cooperação institucional, de convênios, acordos de cooperação técnica e outros instrumentos similares com órgãos e entidades do Poder Público, respeitado o art. 241 da Constituição Federal. Nesse contexto, quanto ao prazo de vigência desses instrumentos, é CORRETO afirmar que:

- A) poderão ser firmados pelo prazo máximo de 2 (dois) anos, admitida uma única prorrogação por igual período.
- B) poderão ser firmados pelo prazo máximo de 3 (três) anos, vedada a prorrogação automática.
- C) poderão ser firmados pelo prazo máximo de 10 (dez) anos, desde que demonstrado o interesse público na cooperação institucional.

**D)**

poderão ser firmados com prazo indeterminado.

GABARITO PRELIMINAR

- E) poderão ser firmados pelo prazo máximo de 5 (cinco) anos, admitidas prorrogações sucessivas mediante justificativa.

Questão 70

Em ação civil pública, determinada sociedade empresária e o Município foram condenados solidariamente à reparação de danos ambientais decorrentes de empreendimento irregular. A responsabilidade municipal foi reconhecida em razão da omissão no dever de fiscalização. No cumprimento da sentença, o Ministério Público requereu que a obrigação fosse imediatamente exigida do Município, sem prévia tentativa de cumprimento pela empresa diretamente responsável pelo dano e sem demonstração de impossibilidade ou incapacidade de cumprimento por parte desta. Diante do requerimento, os autos foram encaminhados à Procuradoria do Município para manifestação acerca das providências juridicamente cabíveis.

Considerando a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, assinale a alternativa CORRETA.

- A) A Procuradoria deve sustentar que a responsabilidade municipal deve ser afastada, pois a prática direta do dano pela empresa rompe o nexo necessário à responsabilização do Município.
- B) A Procuradoria deve sustentar que a responsabilidade municipal é subsidiária desde a fase de conhecimento, razão pela qual o Município não poderia ter sido condenado solidariamente.

C)

A Procuradoria deve sustentar que a responsabilidade municipal é solidária, mas de execução subsidiária, devendo o cumprimento ser inicialmente exigido do causador direto

do dano.

GABARITO PRELIMINAR

- D)** A Procuradoria deve sustentar que a execução contra o Município depende da comprovação de dolo ou culpa dos agentes responsáveis pela fiscalização do empreendimento.
- E)** A Procuradoria deve adotar as providências cabíveis ao imediato cumprimento da obrigação pelo Município, pois a solidariedade autoriza sua execução direta, independentemente de tentativa prévia de cumprimento pelo causador direto do dano.

Questão 71

Nos termos da Lei Municipal nº 2.731/2025, que institui a Revisão do Plano Diretor Municipal de Matinhos - PR, o instrumento de cooperação entre o Poder Público e a iniciativa privada destinado à realização de urbanização em áreas que tenham carência de infraestrutura e serviços urbanos e contenham imóveis subutilizados, não utilizados ou utilizados inadequadamente, podendo, para sua viabilização, o proprietário transferir seu imóvel ao Poder Público Municipal e receber, após a realização das obras, percentual de unidades imobiliárias devidamente urbanizadas ou edificadas, denomina-se:

- A)** Consórcio Imobiliário.

GABARITO PRELIMINAR

- B)** Direito de Preempção.
- C)** Operação Urbana Consorciada.
- D)** Concessão Urbanística.
- E)** Transferência do Direito de Construir.



Questão 72

Durante fiscalização realizada por órgão ambiental competente, constatou-se que determinada empresa promovia o lançamento irregular de resíduos em curso d'água, causando degradação ambiental. Após a instauração de processo administrativo, com observância do contraditório e da ampla defesa, a autoridade, considerando a gravidade do fato, os antecedentes do infrator e sua situação econômica, aplicou multa simples, sem prévia imposição da penalidade de advertência. Em recurso administrativo, a empresa requereu a anulação da multa, sustentando que as sanções previstas na Lei nº 9.605/1998 devem observar ordem gradativa obrigatória, de modo que a advertência necessariamente deveria anteceder a multa.

Com base no caso narrado e à luz da jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, assinale a alternativa CORRETA.

- A)** A multa é válida, pois sua aplicação independe da prévia imposição da penalidade de advertência, inexistindo hierarquia obrigatória entre as sanções administrativas ambientais.

GABARITO PRELIMINAR

- B)** A multa é inválida, pois a penalidade de advertência constitui etapa obrigatória antes da imposição de sanção pecuniária ao infrator.
- C)** A multa é inválida na ausência de reincidência do infrator, pois a primeira infração administrativa ambiental deve ser sancionada com advertência.
- D)** A validade da multa pressupõe a prévia aplicação da penalidade de advertência e o posterior descumprimento, pelo infrator, do prazo fixado para sanar a irregularidade.

- E) A multa é inválida quando aplicada como primeira sanção, salvo se demonstrada a impossibilidade de utilização de medida administrativa menos gravosa.

Questão 73

De acordo com o Estatuto da Cidade (Lei nº 10.257/2001), no que se refere ao plano diretor, assinale a alternativa INCORRETA.

- A) O plano diretor é obrigatório, entre outras hipóteses, para cidades com mais de vinte mil habitantes e para aquelas integrantes de regiões metropolitanas e aglomerações urbanas.
- B) A propriedade urbana cumpre sua função social quando atende às exigências fundamentais de ordenação da cidade expressas no plano diretor, assegurando o atendimento das necessidades dos cidadãos quanto à qualidade de vida, à justiça social e ao desenvolvimento das atividades econômicas, respeitadas as diretrizes previstas no Estatuto da Cidade.
- C) O plano diretor, aprovado por lei municipal, é o instrumento básico da política de desenvolvimento e expansão urbana, deve englobar o território do Município como um todo e a lei que o instituir deverá ser revista, pelo menos, a cada dez anos.
- D) O plano diretor dos Municípios incluídos no cadastro nacional de Municípios com áreas suscetíveis à ocorrência de deslizamentos de grande impacto, inundações bruscas ou processos geológicos ou hidrológicos correlatos deverá conter, além do conteúdo mínimo geral previsto em lei, o mapeamento das áreas suscetíveis à ocorrência desses eventos e o planejamento de ações de intervenção preventiva e de realocação da população de áreas de risco de desastre.

- E) Os Municípios que pretendam ampliar seu perímetro urbano deverão elaborar projeto específico contendo os elementos previstos no Estatuto da Cidade, ainda que o plano diretor já contemple integralmente as exigências estabelecidas para essa finalidade.

GABARITO PRELIM



Questão 74

No que concerne ao direito de superfície, assinale a alternativa CORRETA à luz do disposto no Estatuto da Cidade (Lei nº 10.257/2001).

- A) A extinção do direito de superfície será registrada no cartório de registro de imóveis.
- B) Extinto o direito de superfície, o proprietário recuperará o pleno domínio do terreno, das acessões e das benfeitorias nele introduzidas, mediante prévia indenização ao superficiário, ainda que as partes não tenham estipulado essa obrigação.

- C) O direito de superfície abrange o direito de utilizar o solo, o subsolo ou o espaço aéreo relativo ao terreno, na forma estabelecida no contrato respectivo, atendida a legislação urbanística, podendo sua concessão ser gratuita ou onerosa.

GABARITO PRELIMINAR

- D) O superficiário não responde pelos encargos e tributos incidentes sobre a propriedade superficiária, salvo se assumir expressamente essa responsabilidade no contrato.
- E) O proprietário urbano poderá conceder a outrem o direito de superfície de seu terreno, desde que por prazo determinado, limitado a dez anos, e mediante escritura pública registrada no cartório de registro de imóveis.

Questão 75

Com relação ao parcelamento do solo urbano, nos termos da Lei nº 6.766/1979, considere as assertivas a seguir.

I. Considera-se desmembramento a subdivisão de gleba em lotes destinados à edificação, com abertura de novas vias de circulação, de logradouros públicos ou prolongamento, modificação ou ampliação das vias existentes.

II. A infraestrutura básica dos parcelamentos é constituída pelos equipamentos urbanos de escoamento das águas pluviais, iluminação pública, esgotamento sanitário, abastecimento de água potável, energia elétrica pública e domiciliar e vias de circulação.

III. Constitui loteamento de acesso controlado a modalidade de loteamento cujo controle de acesso será regulamentado por ato do poder público municipal, sendo permitido o impedimento de acesso a pedestres ou a condutores de veículos não residentes, devidamente identificados ou cadastrados.

IV. Aprovado o projeto de loteamento ou de desmembramento, o loteador deverá submetê-lo ao registro imobiliário dentro de cento e oitenta dias, sob pena de caducidade da aprovação.

É CORRETO o que se afirma em:

A) I, II e IV, apenas.

B) III e IV, apenas.

C) II e IV, apenas.

GABARITO PRELIMINAR

D) I, II e III, apenas.

E) I, apenas.

Direito do Trabalho e Processual do Trabalho **Questão 76**



Determinada sociedade empresária prestadora de serviços de limpeza e conservação predial celebrou contrato administrativo com o Município de Alfa, após regular procedimento licitatório. Findo o contrato, um dos empregados terceirizados ajuizou reclamação trabalhista perante a Vara do Trabalho competente em face da empresa prestadora e do Município, pleiteando o pagamento de verbas rescisórias inadimplidas e a condenação subsidiária do ente público municipal. Na petição inicial, o autor limitou-se a alegar a inadimplência da empresa empregadora e requereu expressamente a inversão do ônus da prova quanto à fiscalização contratual. Devidamente citado, o Procurador Municipal apresentou contestação invocando a constitucionalidade do artigo 121, § 1º, da Lei Federal nº 14.133/2021, a ausência de prova da culpa *in vigilando* e a inexistência de notificação prévia ao ente público acerca do descumprimento das obrigações laborais pela prestadora de serviços.

Diante do cenário narrado e da jurisprudência vinculante do Supremo Tribunal Federal, assinale a alternativa CORRETA.

- A) A responsabilidade do ente público em terceirizações lícitas é sempre solidária quanto aos débitos trabalhistas e previdenciários, operando-se a exclusão da responsabilidade apenas quando comprovada a idoneidade econômico-financeira superveniente da empresa prestadora.
- B) A responsabilidade subsidiária do Município decorre automaticamente do mero inadimplemento das verbas trabalhistas pela empresa contratada, cabendo ao ente público o dever objetivo de garantir a integralidade dos créditos do trabalhador terceirizado.
- C) A comprovação de que o ente municipal exigiu e conferiu mensalmente a integralidade dos recolhimentos de FGTS e INSS é suficiente para convolar a responsabilidade da Administração Pública em obrigação principal solidária perante a Justiça do Trabalho.
- D) Por força do princípio da aptidão para a prova, presume-se a culpa *in vigilando* do ente municipal tomador de serviços sempre que este não juntar aos autos a totalidade das guias de recolhimento

previdenciário e fundiário da empresa contratada.

E)

Não há responsabilidade subsidiária da Administração Pública se amparada exclusivamente na inversão do ônus da prova, permanecendo indispensável a comprovação pelo trabalhador da efetiva existência de comportamento negligente do Poder Público, caracterizado, exemplificativamente, pela inércia municipal após o recebimento de notificação formal sobre o inadimplemento ou por outro meio idôneo.

GABARITO PRELIMINAR

Questão 77

Beto e Caio foram admitidos por concurso público pelo regime da Consolidação das Leis do Trabalho em empresa pública municipal prestadora de serviços de saneamento básico. Ambos desempenham exatamente as mesmas atribuições no mesmo setor técnico e com a mesma produtividade e perfeição técnica. Beto aufer remuneração inferior à de Caio, havendo entre eles uma diferença de 1 (um) ano de tempo na função e de 2 (dois) anos de tempo de serviço para a empresa pública. A entidade não possui quadro de carreira nem plano de cargos e salários instituído. Paralelamente, no âmbito da Administração Direta do Município de Alfa, o servidor celetista Daniel pleiteou equiparação salarial com o servidor Eduardo, sob a alegação de exercício idêntico de funções administrativas sem distinção de produtividade.

Considerando os preceitos da Consolidação das Leis do Trabalho e a jurisprudência sumulada do Tribunal Superior do Trabalho e do Supremo Tribunal Federal, assinale a alternativa CORRETA.

- A)** A inexistência de homologação do plano de cargos e salários perante o Ministério do Trabalho e Emprego é causa que autoriza a equiparação salarial de pleno direito, ainda que o empregador municipal adote critérios formais de promoção alternada por antiguidade e merecimento.
- B)** Daniel faz jus à equiparação salarial perante a Administração Direta caso comprove desvio funcional continuado, gerando direito ao reenquadramento no cargo do servidor paradigma.
- C)** Beto não faz jus à equiparação salarial perante a empresa pública municipal, pois a legislação trabalhista exige que a diferença de tempo de serviço na empresa seja de no máximo 1 (um) ano e a diferença de tempo na função não ultrapasse 6 (seis) meses.
- D)** É vedada a equiparação salarial tanto na empresa pública municipal quanto na Administração Direta, por expressa proibição constitucional de equiparação de quaisquer espécies remuneratórias para efeito de remuneração de pessoal público.



E)

Beto tem direito à equiparação salarial em face de Caio no âmbito da empresa pública municipal, porquanto atendidos cumulativamente os limites de diferença de tempo na função e de tempo de serviço no empregador exigidos pela legislação trabalhista, ao passo que o pleito formulado por Daniel perante a Administração Direta municipal é juridicamente impossível em razão do artigo 37, inciso XIII, da Constituição Federal.

GABARITO PRELIMINAR

Questão 78

Em uma reclamação trabalhista movida em face do Município de Alfa, a petição inicial foi subscrita diretamente pelo reclamante sem assistência de advogado. Na audiência inaugural, o Procurador Municipal compareceu e arguiu, de imediato, em contestação, a prescrição total das pretensões condenatórias anteriores aos últimos cinco anos contados do ajuizamento da ação, bem como a impossibilidade de representação do Município por preposto que não ostentasse a condição de servidor público ocupante de cargo efetivo.

Acerca da representação processual, do *jus postulandi* e da prescrição na Justiça do Trabalho, assinale a alternativa CORRETA.

A)

Os Procuradores Municipais, quando representam o Município em juízo, ativa e passivamente, estão dispensados da apresentação de procuração e da juntada do ato de nomeação, desde que declarem expressamente nas peças processuais o exercício do cargo de procurador, gozando a Fazenda Pública de prerrogativas processuais, a exemplo do prazo em dobro para suas manifestações e recursos.

GABARITO PRELIMINAR

- B)** A prescrição intercorrente biennial na execução trabalhista contra a Fazenda Pública não pode ser declarada de ofício pelo magistrado, dependendo exclusivamente de prévio requerimento do executado após transcurso ininterrupto de cinco anos de paralisação dos autos.
- C)** A prescrição biennial extintiva é contada a partir do momento em que surge cada parcela lesada no curso da relação jurídica contratual mantida com o Poder Público, independentemente da data da cessação do vínculo laboral.
- D)** O *jus postulandi* das partes na Justiça do Trabalho é absoluto, alcançando todas as instâncias e ações, inclusive a ação rescisória, o mandado de segurança e os recursos de competência do Tribunal Superior do Trabalho.
- E)** O preposto designado pelo Município deve ser obrigatoriamente servidor público efetivo ou empregado do quadro próprio, sendo nula a representação por qualquer preposto que não mantenha vínculo estatutário com a municipalidade.

Questão 79



Determinado empregado público celetista, ocupante de cargo efetivo de assistente administrativo na Administração Municipal, exerceu ininterruptamente, durante doze anos, a função de chefia de setor, percebendo a respectiva gratificação de função. Por ato discricionário do Secretário Municipal de Administração, devidamente motivado na reestruturação administrativa do órgão, o empregado foi revertido ao seu cargo efetivo, com a integral supressão do pagamento da gratificação correspondente. Inconformado, o servidor procurou a Procuradoria-Geral do Município alegando violação ao princípio da estabilidade financeira, aduzindo que a verba estaria definitivamente incorporada ao seu patrimônio jurídico e que a determinação configuraria alteração contratual lesiva ilícita.

A respeito da reversão ao cargo efetivo e da gratificação de função na sistemática pós-Reforma Trabalhista, assinale a alternativa CORRETA.

- A)** O exercício de função de confiança por mais de dez anos pelo empregado público celetista confere-lhe estabilidade absoluta no cargo de chefia, não podendo ser revertido ao cargo efetivo sem a instauração de processo administrativo disciplinar prévio.
- B)** A supressão da gratificação de função somente seria lícita se houvesse prévia autorização conferida em acordo ou convenção coletiva de trabalho, exigindo-se ainda a demonstração inequívoca de falta grave cometida pelo servidor.
- C)** O retorno ao cargo efetivo acarreta a rescisão indireta automática do contrato de trabalho, fazendo o empregado jus à liberação dos depósitos do FGTS com acréscimo da indenização compensatória de 40% (quarenta por cento).
- D)** A reversão determinada pela autoridade pública é nula de pleno direito, pois a percepção de gratificação de função por período superior a dez anos gera o direito adquirido à sua manutenção

salarial integral, sendo vedada sua supressão em qualquer hipótese.

E)

A determinação do empregador para que o empregado reverta ao cargo efetivo anteriormente ocupado, deixando a função de confiança, não é considerada alteração unilateral ilícita e, com ou sem justo motivo, não assegura o direito à manutenção da gratificação, que não será incorporada, independentemente do tempo de exercício na respectiva função.

GABARITO PRELIMINAR

Questão 80

Em reclamatória trabalhista proposta por ex-empregado cujo contrato de trabalho foi celebrado e integralmente executado sob a vigência da Lei nº 13.467/2017 (Reforma Trabalhista), foram formulados os seguintes pedidos: (I) pagamento da integralidade de 1 (uma) hora referente ao intervalo intrajornada, sob a alegação de que usufruía apenas de 30 (trinta) minutos diários para descanso, com reflexos em parcelas rescisórias e contratuais; e (II) pagamento cumulativo do adicional de insalubridade em grau médio com o adicional de periculosidade de 30%, amparado em laudo pericial que atestou o contato habitual com óleos minerais e o labor em ambiente de armazenamento de inflamáveis.

Considerando as normas celetistas em vigor e a jurisprudência vinculante do Tribunal Superior do Trabalho, assinale a alternativa CORRETA quanto ao julgamento das pretensões.

A)

É devida a parcela referente ao intervalo intrajornada limitada apenas ao período suprimido de 30 (trinta) minutos, com acréscimo de 50% e com natureza estritamente indenizatória sem reflexos; sendo vedada a cumulação dos adicionais de insalubridade e de periculosidade, cabendo ao empregado a opção pelo que lhe for mais benéfico.

GABARITO PRELIMINAR



- B)** É improcedente a pretensão intervalar, pois a supressão parcial do repouso configura mera irregularidade administrativa perante a fiscalização do trabalho, admitindo-se a percepção cumulativa dos adicionais de insalubridade e periculosidade.
- C)** Procede integralmente o pedido de 1 (uma) hora de intervalo com todos os reflexos postulados, ante a sua natureza estritamente salarial, admitindo-se ainda a cumulação irrestrita dos adicionais de insalubridade e periculosidade por ostentarem fatos geradores autônomos.
- D)** O período suprimido do intervalo intrajornada deve ser remunerado com sobretaxa de 50%, ostentando natureza salarial e irradiando reflexos em décimo terceiro salário, férias e terço constitucional.
- E)** O intervalo intrajornada enseja reparação pelo período integral com acréscimo de 100%, gerando direito à garantia provisória de emprego ante o trabalho habitual em condições nocivas à saúde.

Questão 81

Determinado cidadão prestou serviços continuados na função de agente operacional para a Administração Direta do Município de Alfa durante três anos, admitido sem prévia aprovação em concurso público ou processo seletivo simplificado. Ao término do vínculo fático, ajuizou reclamação trabalhista perante a Vara do Trabalho postulando a anotação da CTPS, o pagamento de aviso prévio indenizado, férias acrescidas do terço constitucional, décimo terceiro salário proporcional, depósitos do FGTS com a respectiva multa rescisória de 40% e saldo de salário inadimplido. Em contestação, o Procurador Municipal arguiu a nulidade absoluta do pacto laboral por inobservância do artigo 37, inciso II e § 2º, da Constituição Federal.

Considerando a jurisprudência sumulada do Tribunal Superior do Trabalho e a tese de Repercussão Geral do Supremo Tribunal Federal, assinale a alternativa CORRETA.

- A) A boa-fé do trabalhador ao prestar serviços públicos autoriza a equiparação integral aos efeitos do contrato de emprego válido, assegurando-se o direito a férias, gratificação natalina e indenização de 40% do FGTS.
- B)**
A declaração de nulidade do contrato de trabalho confere ao trabalhador apenas o direito à contraprestação pactuada em relação às horas trabalhadas, respeitado o valor da hora do salário mínimo, e aos valores referentes aos depósitos do FGTS, sem incidência da multa de 40% nem das verbas rescisórias típicas.
- GABARITO PRELIMINAR**
- C) O reconhecimento da nulidade contratual impõe o pagamento de indenização substitutiva integral correspondente ao dobro de todas as verbas rescisórias da legislação celetista em razão da culpa do administrador público.
- D) O ente público municipal responde apenas pelo saldo salarial estrito, sendo incabível qualquer depósito de FGTS ante a impossibilidade fática de abertura de conta vinculada para contratos nulos.
- E) A nulidade da contratação retira do trabalhador todo e qualquer efeito patrimonial, impondo a improcedência integral de todas as verbas postuladas, sob pena de enriquecimento sem causa.

Questão 82

Empregado público celetista, regularmente admitido mediante aprovação em concurso público de provas e títulos por sociedade de economia mista municipal prestadora de serviços públicos, foi surpreendido com a notificação de sua dispensa imotivada. No ato rescisório formal, a diretoria da empresa não consignou nenhuma justificativa técnica, econômica, financeira ou disciplinar, amparando-se na tese do direito potestativo do empregador privado. Assistido por seu advogado, empregado ajuizou ação trabalhista requerendo a nulidade da despedida e sua consequente reintegração.



À luz da jurisprudência vinculante fixada pelo Supremo Tribunal Federal no Tema 1.022 da Repercussão Geral, assinale a alternativa CORRETA.

- A) A dispensa de qualquer empregado público de sociedade de economia mista exige a prévia instauração de processo administrativo disciplinar com garantia de contraditório e ampla defesa sob rito da lei estatutária.
- B) A necessidade de motivação do ato de demissão restringe-se exclusivamente às empresas públicas federais que gozem de monopólio estatal, não se aplicando às estatais prestadoras de serviços públicos municipais.
- C) A motivação da dispensa de empregado de sociedade de economia mista é obrigatória e deve corresponder obrigatoriamente a uma das condutas tipificadas no rol de justa causa do artigo 482 da CLT, sob pena de reintegração automática.
- D) A sociedade de economia mista submete-se inteiramente ao regime jurídico das empresas privadas, inexistindo qualquer dever de motivação para a rescisão unilateral dos contratos de seus empregados celetistas.

- E)**
As empresas públicas e sociedades de economia mista têm o dever jurídico de motivar, em ato formal, a dispensa de seus empregados concursados, exigindo-se fundamento razoável,

embora não se exija processo administrativo prévio nem enquadramento estrito nas hipóteses de justa causa celetista.

GABARITO PRELIMINAR**Questão 83**

Em razão da vacância do titular de serventia de registro de imóveis, o Poder Judiciário do Estado determinou a intervenção estatal temporária no cartório, designando oficial interino para a condução do ofício registral. Durante esse período de interinidade, um auxiliar de cartório foi admitido e prestou serviços subordinados diretamente sob a gestão do interventor público. Encerrada a intervenção com a investidura de novo titular aprovado em concurso público de provas e títulos, o auxiliar teve seu contrato rescindido sem a percepção dos haveres rescisórios e sem prestar nenhum dia de trabalho sob a gestão do novel delegatário. Em razão disso, ajuizou reclamação trabalhista em face do Estado federado e do novo titular da serventia.

Com base na disciplina normativa pertinente e na jurisprudência consolidada dos Tribunais Superiores sobre a matéria, assinale a alternativa CORRETA.

- A)** O novo titular da serventia que assume por concurso responde de forma solidária pelas verbas rescisórias da interinidade anterior, ainda que inexistente a continuidade da prestação de serviços sob sua gestão privada;
- B)** O interventor responde de forma pessoal e ilimitada com seu patrimônio particular por todas as obrigações trabalhistas da serventia, sem qualquer responsabilização subsidiária ou solidária do ente público.

- C)** A atuação do oficial interino dá-se na qualidade de preposto do Estado, gerando a responsabilidade do ente federado pelos atos e haveres trabalhistas praticados durante o período de intervenção e administração estatal da serventia;

**GABARITO PRELIMINAR**

- D)** A mudança de titular de cartório extrajudicial nunca configura sucessão trabalhista sob hipótese alguma, dada a natureza do regime de delegação de função pública.
- E)** Não há qualquer responsabilidade do Poder Público por atos trabalhistas ocorridos durante a interinidade em cartório extrajudicial, respondendo exclusivamente a massa falida da antiga titularidade.

Questão 84

Empregada gestante contratada sob regime celetista por empresa concessionária prestadora de serviços públicos municipais apresentou pedido formal de demissão por escrito perante o departamento de recursos humanos da empresa. O pedido foi homologado diretamente pelo empregador, sem a assistência do respectivo sindicato da categoria profissional e sem intervenção de autoridade do Ministério do Trabalho e Emprego ou da Justiça do Trabalho. Meses depois, a trabalhadora ajuizou reclamação trabalhista pugnando pela anulação da demissão e pelo pagamento da indenização substitutiva da estabilidade provisória da gestante.

Considerando as disposições da Consolidação das Leis do Trabalho e a jurisprudência dominante do Tribunal Superior do Trabalho, assinale a alternativa CORRETA.

- A)** A estabilidade provisória da gestante não alcança empregadas de empresas concessionárias que prestem serviços públicos em regime de concessão municipal delegada.
- B)** A renúncia à estabilidade gestacional independe de assistência jurídica ou sindical sempre que a trabalhadora declarar expressamente a ciência de seu estado gravídico no termo rescisório.

C)

A validade do pedido de demissão formulado por empregada gestante detentora de garantia provisória de emprego está expressamente condicionada à assistência do sindicato da categoria ou da autoridade competente, nos termos do artigo 500 da CLT, ensejando a sua ausência a nulidade do ato e o direito às verbas indenizatórias decorrentes da estabilidade.

GABARITO PRELIMINAR

- D)** A ausência de assistência sindical no pedido de demissão da gestante configura mera irregularidade administrativa que não invalida a rescisão contratual nem restabelece direitos estábilitários.
- E)** O pedido de demissão é plenamente válido e eficaz a partir da manifestação de vontade escrita da empregada, sendo desnecessária qualquer assistência sindical ou homologação estatal na sistemática pós-Reforma Trabalhista.

Questão 85

Empregado de determinada empresa de transporte coletivo municipal submeteu-se a contínuos atrasos reiterados no pagamento salarial e à ausência integral de recolhimento dos depósitos do FGTS durante mais de doze meses. Com receio do desemprego e da perda de sua subsistência familiar, o trabalhador suportou as faltas patronais por esse período até ajuizar reclamação trabalhista postulando a rescisão indireta do contrato de trabalho com base no artigo 483, alínea "d", da CLT, além das parcelas rescisórias devidas. Em sede de contestação, a empresa alegou a ocorrência de perdão tácito por falta de imediatidade na reação do reclamante.

Sobre a rescisão indireta e a exigência de imediatidade na jurisprudência do Tribunal Superior do Trabalho, assinale a alternativa CORRETA.

- A)** Para formular o pedido de rescisão indireta com fundamento no artigo 483, alínea "d", da CLT, o empregado é obrigado a se afastar imediatamente da prestação de serviços, sendo vedada sua permanência no trabalho até a decisão final.

**B)**

A rescisão indireta por descumprimento de obrigações contratuais pelo empregador não exige reação imediata do trabalhador, não se configurando o perdão tácito em razão de sua hipossuficiência jurídica e da dependência econômica do emprego para sua subsistência.

GABARITO PRELIMINAR

- C)** O não recolhimento regular do FGTS e o atraso salarial configuram mera infração administrativa perante os órgãos de fiscalização do trabalho, sem gravidade suficiente para justificar a rescisão indireta do vínculo empregatício.
- D)** A pretensão obreira é improcedente, porquanto a ausência de ajuizamento imediato da reclamação trabalhista após o primeiro inadimplemento configura renúncia tácita à falta patronal.
- E)** A rescisão indireta somente pode ser reconhecida se o empregado comprovar a prévia notificação cartorária do empregador concedendo prazo impreterível de 48 horas para a regularização dos depósitos.

Legislação Municipal**Questão 86**

Considere a seguinte situação hipotética: O prefeito de Matinhos - PR, eleito para um cargo político pela primeira vez, chegou ao seu escritório a fim de tomar esclarecimentos sobre a Lei Orgânica do Município. Com base na referida Lei, analise as assertivas a seguir.

I. É competência privativa do município instituir e arrecadar tributos de sua competência, bem como aplicar as suas rendas, com obrigatoriedade de prestar contas e publicar relatórios nos prazos fixados

em lei.

II. É competência privativa do município zelar pela guarda da Constituição, das leis e das instituições democráticas e conservar o patrimônio público.

III. É competência privativa do município estabelecer e implantar política de educação para a segurança do trânsito.

IV. É competência privativa do município instituir guarda municipal incumbida da proteção do patrimônio público, bens, serviços e instalações, na forma da lei.

Está CORRETO o que se afirma em:

- A) II e III, apenas.
- B) I, II e III, apenas.
- C) II e IV, apenas.

D)
I e IV, apenas.

GABARITO PRELIMINAR

- E) II, III e IV, apenas.

Questão 87

À luz da Lei Orgânica de Matinhos - PR, são infrações político-administrativas do Prefeito, sujeitas ao julgamento pela Câmara Municipal e sancionadas com a cassação do mandato (art. 68):

I. Impedir o exame de documentos que devam constar dos arquivos da Prefeitura Municipal, bem como a verificação de obras e serviços municipais, por Comissão da Câmara, regularmente constituída.



II. Descumprir o plano plurianual, a lei de diretrizes orçamentárias e o orçamento anual.

III. Ausentar-se do Município, por tempo superior a três dias úteis, ou afastar-se do cargo sem autorização do Judiciário Municipal.

IV. Deixar de fazer o repasse, no prazo legal dos recursos mensais da Câmara, ou repassá-los a menor em relação à proposta fixada na Lei Orçamentária.

Está CORRETO o que se afirma em:

A)
I, II e IV, apenas.

GABARITO PRELIMINAR

- B) II, III e IV, apenas.
- C) III e IV, apenas.
- D) II e III, apenas.
- E) I, II e III, apenas.

Questão 88

O prefeito de Matinhos - PR, com o intuito de ter plena noção de como está organizada a arrecadação municipal, procura-lhe para que você o esclareça sobre o assunto. Com base no Código Tributário

Municipal, particularmente quanto ao instituto "arrecadação municipal" (arts. 10-12), julgue verdadeiro (V) ou falso (F) o que se afirma a seguir e assinale a alternativa com a sequência CORRETA.

(__) Compõe a receita tributária do Município de Matinhos o Imposto sobre a Propriedade Predial Territorial Urbana – IPTU.

(__) Compõe a receita tributária do Município de Matinhos o Imposto sobre Transmissão Causa Mortis e Doação – ITCMD.

(__) Compõem a receita tributária do Município de Matinhos as Contribuições para o Custeio de Regime Próprio de Previdência Social – CRPPS.

(__) O Município divulgará, até o antepenúltimo dia do mês subsequente ao da arrecadação, os montantes de cada um dos tributos arrecadados, os recursos recebidos, os valores de origem tributária entregues, e a expressão numérica dos critérios de rateio.

A) V, F, F, V.

B) V, V, F, F.

C) F, F, V, V.

D) F, V, V, F.

E) V, F, V, F.



GABARITO PRELIMINAR

Questão 89

Analise a seguinte situação e, então, responda ao que for proposto.

O prefeito de Matinhos - PR, eleito pela primeira vez para um cargo político, procura-lhe para entender os conceitos elementares presentes no Estatuto do Servidor Municipal, tais como "servidor", "funcionário" e "cargo público".

À luz do Estatuto do Servidor Municipal de Matinhos, assinale a alternativa INCORRETA quanto às definições (art. 2º) trazidas pelo referido dispositivo legal.

- A) Servidor é a pessoa legalmente investida em função ou cargo públicos, de provimento efetivo, temporário, em Comissão e as pessoas estáveis pelo artigo 19 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.
- B) Nível é a disposição da carreira em faixas de promoção de vencimentos e remuneração, de acordo com os critérios de antiguidade e merecimentos.
- C) Carreira é o conjunto de cargos de mesma espécie, escalonados, ou o cargo isolado, dispostos em níveis de acesso.
- D) Funcionário é a pessoa legalmente investida em cargo público de provimento efetivo, que percebe dos cofres municipais vencimentos ou remunerações pelos serviços prestados.

E)

Função é o conjunto de atribuições e responsabilidades previstas por lei, acometidas a um servidor, com denominação própria e pago pelos cofres do Município, para provimento em caráter efetivo ou em comissão.

GABARITO PRELIMINAR**Questão 90**

Um servidor público do Município de Matinhos cometeu peculato doloso nos termos da lei penal, razão pela qual o chefe do setor, ciente da gravidade da situação, mas sem a segurança jurídica necessária, resolve te procurar para orientações sobre o que pode ocorrer com o referido servidor público. À luz do Estatuto do Servidor Municipal de Matinhos - PR, são casos que podem incorrer em pena de demissão:

I. Ofensa física em serviço, contra servidor ou particular, ainda que em legítima defesa ou defesa de outrem.

II. Corrupção passiva nos termos da lei penal.

III. Reincidência simples por 4 (quatro) vezes em sanção de advertência.

IV. Lesão aos cofres públicos e dilapidação do patrimônio municipal.

Está CORRETO o que se afirma em:

- A) I e II, apenas.
- B) II, III e IV, apenas.
- C) I, II e III, apenas.
- D) II e III, apenas.

**E)**

II e IV, apenas.

GABARITO PRELIMINAR**Legislação Federal****Questão 91**

Considere a seguinte situação hipotética: a Prefeitura de Matinhos, a fim de aumentar a arrecadação, decide que o serviço de busca e de fornecimento de informação será oneroso. Após reclamação dos munícipes, dizendo que tal procedimento contraria a Lei nº 12.527/2011, Lei de Acesso à Informação, você, na condição de procurador(a) foi consultado sobre a validade do presente ato administrativo.

Com base na Lei de Acesso à Informação, assinale a alternativa CORRETA, particularmente quanto ao procedimento de acesso à informação (arts. 10-14).

- A) Para o acesso a informações de interesse público, a identificação do requerente deve conter exigências que inviabilizem a solicitação.
- B) O órgão ou entidade pública deverá autorizar ou conceder o acesso em até 48 (quarenta e oito) horas à informação disponível.
- C) O serviço de busca e de fornecimento de informação deve ser feito a preço módico.
- D) Quando se tratar de acesso à informação contida em documento cuja manipulação possa prejudicar sua integridade, deverá ser oferecida a consulta de cópia, sem certificação de que esta confere com o

original.

E)

O órgão ou a entidade poderá cobrar exclusivamente o valor necessário ao ressarcimento dos custos dos serviços e dos materiais utilizados, quando o serviço de busca e de fornecimento da informação exigir reprodução de documentos pelo órgão ou pela entidade pública consultada.

GABARITO PRELIMINAR

Questão 92

Um chefe de uma divisão administrativa da prefeitura de Matinhos lhe consulta para que você esclareça os conceitos elementares da Lei nº 13.709/2018, Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), particularmente quanto ao artigo 5º. Com base na LGPD, assinale a alternativa INCORRETA.

- A) Operador: pessoa natural ou jurídica, de direito público ou privado, que realiza o tratamento de dados pessoais em nome do controlador.
- B) Consentimento: manifestação livre, informada e inequívoca pela qual o titular concorda com o tratamento de seus dados pessoais para uma finalidade determinada.
- C) Encarregado: pessoa indicada pelo controlador e operador para atuar como canal de comunicação entre o controlador, os titulares dos dados e a Agência Nacional de Proteção de Dados (ANPD).
- D) Anonimização: utilização de meios técnicos razoáveis e disponíveis no momento do tratamento, pelo meio dos quais um dado perde a possibilidade de associação, direta ou indireta, a um indivíduo.



E)

Titular: pessoa natural ou jurídica, de direito público ou privado, a quem competem as decisões referentes ao tratamento de dados pessoais.

GABARITO PRELIMINAR

Questão 93

Você, na condição de procurador(a) do Município de Matinhos, foi convidado para ministrar, para todos os servidores municipais, um curso sobre a LGPD, especialmente quanto aos requisitos para o tratamento de dados pessoais (arts. 7º-10). À luz da LGPD, analise as assertivas a seguir.

- I. O tratamento de dados pessoais cujo acesso é público deve considerar a finalidade, a boa-fé e o interesse público que justificaram sua disponibilização.
- II. A eventual dispensa da exigência do consentimento desobriga os agentes de tratamento das demais obrigações previstas nesta Lei, especialmente da observância dos princípios gerais e da garantia dos direitos do titular.
- III. É vedado o tratamento de dados pessoais mediante vício de consentimento.
- IV. O consentimento deverá referir-se a finalidades determinadas, e as autorizações genéricas para o tratamento de dados pessoais serão nulas.

Está CORRETO o que se afirma em:

A)

I, III e IV, apenas.

GABARITO PRELIMINAR

- B) II, III e IV, apenas.
- C) II e III, apenas.
- D) I, II e III, apenas.
- E) I e II, apenas.

Questão 94

Considere a seguinte situação hipotética: A Prefeitura de Matinhos, a fim de economizar recursos e de se empenhar em uma ideologia anti-vacina, decide que, mesmo nos casos recomendados pela vigilância sanitária, a vacinação das crianças de seu município passará, primeiro, pelo crivo do prefeito. A presente situação, porém, gerou críticas por parte da população e dos canais de comunicação, ao que só então você foi consultado sobre o seguinte impasse. Com base no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), em especial quanto ao capítulo acerca do direito à vida e à saúde, julgue verdadeiro (V) ou falso (F) o que se afirma a seguir e assinale a alternativa com a sequência CORRETA.

(___) A criança e o adolescente têm direito a proteção à vida e à saúde, mediante a efetivação de políticas sociais públicas que permitam o nascimento e o desenvolvimento sadio e harmonioso, em condições dignas de existência.

(___) A criança e o adolescente com deficiência serão atendidos, sem discriminação ou segregação, em suas necessidades gerais de saúde e específicas de habilitação e reabilitação.

(___) É facultativa a vacinação das crianças nos casos recomendados pelas autoridades sanitárias.

(___) Incumbe ao poder público proporcionar assistência integral e multiprofissional à criança e ao adolescente dependentes químicos e/ou com problemas decorrentes do uso de drogas, com vistas à proteção de sua saúde física e mental e de seu bem-estar social, e promover campanhas de prevenção do uso de drogas lícitas e ilícitas.



- A) F, F, V, V.
- B) F, V, V, F.
- C) V, F, F, V.
- D) F, V, F, V.

E) V, V, F, V.

GABARITO PRELIMINAR

Questão 95

Nos termos do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA): "Art. 131. O Conselho Tutelar é órgão permanente e autônomo, não jurisdicional, encarregado pela sociedade de zelar pelo cumprimento dos direitos da criança e do adolescente, definidos nesta Lei."

O prefeito de Matinhos - PR, sabendo da importância do Conselho Tutelar, resolve te consultar para que, em linhas gerais, você o informe sobre esse importante órgão. Sobre o assunto, julgue verdadeiro (V) ou falso (F) o que se afirma a seguir e assinale a alternativa com a sequência CORRETA.

(___) Em cada Município e em cada Região Administrativa do Distrito Federal haverá, no mínimo, 1 (um) Conselho Tutelar como órgão integrante da administração pública local, composto de 7 (sete) membros, escolhidos pela população local para mandato de 2 (dois) anos, permitida recondução por novos processos de escolha.

() Para a candidatura a membro do Conselho Tutelar, serão exigidos os seguintes requisitos: I - reconhecida idoneidade moral; II - idade superior a dezoito anos; III - residir no município ou em um município limítrofe.

() Constará da lei orçamentária municipal e da do Distrito Federal previsão dos recursos necessários ao funcionamento do Conselho Tutelar e à remuneração e formação continuada dos conselheiros tutelares.

() O exercício efetivo da função de conselheiro constituirá serviço público relevante e estabelecerá presunção de idoneidade moral.

A) F, V, V, F.

B) V, F, F, V.

C) F, V, F, V.

D) F, F, V, V.

GABARITO PRELIMINAR

E) V, F, V, F.

Questão 96

Segundo a Lei nº 10.741/2003, Estatuto da Pessoa Idosa, a política de atendimento à pessoa idosa far-se-á por meio do conjunto articulado de ações governamentais e não governamentais da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. Assim sendo, o município não pode se eximir de sua responsabilidade quanto ao que dispõe o referido dispositivo legal. De acordo com o Estatuto da Pessoa Idosa, assinale a alternativa INCORRETA.

A) A participação das pessoas idosas em atividades culturais e de lazer será proporcionada mediante descontos de pelo menos 25% (vinte e cinco por cento) nos ingressos para eventos artísticos, culturais, esportivos e de lazer, bem como o acesso preferencial aos respectivos locais.

GABARITO PRELIMINAR

B) É assegurada a reserva para as pessoas idosas, nos termos da lei local, de 5% (cinco por cento) das vagas nos estacionamentos públicos e privados, as quais deverão ser posicionadas de forma a garantir a melhor comodidade à pessoa idosa.

C) Nos programas habitacionais, públicos ou subsidiados com recursos públicos, a pessoa idosa goza de prioridade na aquisição de imóvel para moradia própria, observado o seguinte: reserva de pelo menos 3% (três por cento) das unidades habitacionais residenciais para atendimento às pessoas idosas.

D) É instituído o Estatuto da Pessoa Idosa, destinado a regular os direitos assegurados às pessoas com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos.

E) Aos maiores de 65 (sessenta e cinco) anos fica assegurada a gratuidade dos transportes coletivos públicos urbanos e semiurbanos, exceto nos serviços seletivos e especiais, quando prestados paralelamente aos serviços regulares.

Questão 97

Após a adaptação de um prédio público de acordo com as regras exigidas pela legislação vigente quanto à acessibilidade, você, na condição de procurador(a), foi convidado para ministrar uma formação para os servidores de determinado setor quanto aos conceitos fundamentais (art. 3º) trazidos

pela Lei nº 13.146/2015, Estatuto da Pessoa com Deficiência. Sendo assim, tendo por norte o Estatuto da Pessoa com Deficiência, analise as assertivas a seguir.

I. Tecnologia assistiva ou ajuda técnica: produtos, equipamentos, dispositivos, recursos, metodologias, estratégias, práticas e serviços que objetivem promover a funcionalidade, relacionada à atividade e à participação da pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida, visando à sua autonomia, independência, qualidade de vida e inclusão social.

II. Barreiras: adaptações, modificações e ajustes necessários e adequados que não acarretem ônus desproporcional e indevido, quando requeridos em cada caso, a fim de assegurar que a pessoa com deficiência possa gozar ou exercer, em igualdade de condições e oportunidades com as demais pessoas, todos os direitos e liberdades fundamentais.

III. Pessoa com mobilidade reduzida: aquela que tenha, por qualquer motivo, dificuldade de movimentação, permanente ou temporária, gerando redução efetiva da mobilidade, da flexibilidade, da coordenação motora ou da percepção, incluindo idoso, gestante, lactante, pessoa com criança de colo e obeso.

IV. Elemento de urbanização: quaisquer componentes de obras de urbanização, tais como os referentes a pavimentação, saneamento, encanamento para esgotos, distribuição de energia elétrica e de gás, iluminação pública, serviços de comunicação, abastecimento e distribuição de água, paisagismo e os que materializam as indicações do planejamento urbanístico.

Está CORRETO o que se afirma em:

- A) II e IV, apenas.
- B) I, II e III, apenas.
- C) I, III e IV, apenas.**



GABARITO PRELIMINAR

- D) II, III e IV, apenas.
- E) II e III, apenas.

Questão 98

Você, na condição de procurador(a), foi chamado a defender os interesses de um determinado servidor público, que, em razão da cegueira, foi vítima de preconceito. Tendo por norte o que determina o Estatuto da Pessoa com Deficiência quanto à igualdade e à não discriminação, assinale a alternativa INCORRETA.

- A) É dever de todos comunicar à autoridade competente qualquer forma de ameaça ou de violação aos direitos da pessoa com deficiência.
- B) Se, no exercício de suas funções, os juízes e os tribunais tiverem conhecimento de fatos que caracterizem as violações previstas nesta Lei, devem remeter peças ao Ministério Público para as providências cabíveis.
- C) Toda pessoa com deficiência tem direito à igualdade de oportunidades com as demais pessoas e não sofrerá nenhuma espécie de discriminação.
- D) A pessoa com deficiência será protegida de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, tortura, crueldade, opressão e tratamento desumano ou degradante.

- E) A pessoa com deficiência está obrigada à fruição de benefícios decorrentes de ação**

afirmativa.

GABARITO PRELIMINAR

Questão 99

Considere a seguinte situação hipotética: No paço municipal de Matinhos - PR, um servidor público, negro, foi discriminado por um munícipe, dizendo que preferia ser atendido por uma pessoa branca. Após as devidas providências terem sido tomadas, em âmbito judicial, você, na condição de procurador(a) do município, foi chamado para ministrar uma formação para os servidores em torno de questões da Lei nº 12.288/2010, Estatuto da Igualdade Racial. Sendo assim, tendo por norte o que dispõe o referido Estatuto, analise as assertivas a seguir.

I. Para efeito deste Estatuto, considera-se discriminação racial ou étnico-racial: toda distinção, exclusão, restrição ou preferência baseada em raça, cor, descendência ou origem nacional ou étnica que tenha por objeto anular ou restringir o reconhecimento, gozo ou exercício, em igualdade de condições, de direitos humanos e liberdades fundamentais nos campos político, econômico, social, cultural ou em qualquer outro campo da vida pública ou privada.

II. Para efeito deste Estatuto, considera-se desigualdade racial: toda situação injustificada de diferenciação de acesso e fruição de bens, serviços e oportunidades, nas esferas pública e privada, em virtude de raça, cor, descendência ou origem nacional ou étnica.

III. Além das normas constitucionais relativas aos princípios fundamentais, aos direitos e garantias fundamentais e aos direitos sociais, econômicos e culturais, o Estatuto da Igualdade Racial adota como diretriz político-jurídica a inclusão das vítimas de desigualdade étnico-racial, a valorização da igualdade étnica e o fortalecimento da identidade nacional brasileira.

IV. Para a consecução dos objetivos desta Lei, é fundamental que a União, os Estados e os Municípios busquem a heteronomia da população negra.

Está CORRETO o que se afirma em:



A) I e IV, apenas.

B) I, II e III, apenas.

GABARITO PRELIMINAR

C) II e IV, apenas.

D) II, III e IV, apenas.

E) I, II e IV, apenas.

Questão 100

Um servidor público, que tinha trinta anos de trabalho prestados ao município, foi demitido em razão de ter percebido vantagem econômica para intermediar a liberação da construção de um prédio, o que gerou um abalo entre os demais servidores. Diante da situação, você, na condição de procurador(a) do município, foi convidado para ministrar uma formação sobre a Lei de Improbidade Administrativa. A respeito da referida Lei, julgue verdadeiro (V) ou falso (F) o que se afirma a seguir e assinale a alternativa com a sequência CORRETA.

(___) O mero exercício da função ou desempenho de competências públicas, sem comprovação de ato doloso com fim ilícito, afasta a responsabilidade por ato de improbidade administrativa.

(___) As disposições desta Lei são aplicáveis, no que couber, àquele que, mesmo não sendo agente público, induza ou concorra dolosamente para a prática do ato de improbidade.

(___) A mera perda patrimonial decorrente da atividade econômica não acarretará improbidade administrativa, salvo se comprovado ato doloso ou culposo praticado com essa finalidade.

(___) Constitui crime a representação por ato de improbidade contra agente público ou terceiro beneficiário, quando o autor da denúncia o sabe inocente. Pena: reclusão de seis a dez meses, ou multa.

A) F, V, F, V.

B) V, V, F, F.

GABARITO PRELIMINAR

C) V, F, F, V.

D) F, V, V, F.

E) F, F, V, V.

2026 © [ProSeleta](https://fundacaounespar.org.br/area-candidato/painel/provas/objetiva/html/1553/1/1624920)

